



COLEGIADO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO

**PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E
SOLIDÁRIO – PTDRSS DO RECÔNCAVO**

**CRUZ DAS ALMAS – BA
ABRIL – 2017**



COLEGIADO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO

**PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E
SOLIDÁRIO – PTDRSS DO RECÔNCAVO**

**CRUZ DAS ALMAS – BA
ABRIL – 2017**

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário – PTDRSS do Recôncavo/ Organizadores: Philippe Jean Louis Sablayrolles; Tatiana Ribeiro Velloso; Cleidson Santos de Jesus_. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2017. 55p.; il.

1. Desenvolvimento rural – Territorialidade humana.
 2. Desenvolvimento rural sustentável – Análise.
- I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET.
- II. Sablayrolles, Philippe Jean Louis. III. Velloso, Tatiana Ribeiro. IV. Jesus, Cleidson Santos de. V. Título.

Coordenação Executiva do Colegiado Territorial do Recôncavo – 2015/2017

Coordenação Institucional: Rosana Vieira – Coletivo de Mulheres Jacinta Passos
Coordenação Administrativa: Maria da Glória – PM Conceição do Almeida
Coordenação de Finanças: Eládio Bahia – PM Sapeaçu
Coordenação da Secretaria Executiva: João Carlos dos Reis Silva – COOBASA
Coordenação de Políticas Especiais: Fabiana Santana Paranaguá – PM Santo Amaro
Coordenação de Núcleos Técnicos: Ildos Parizotto – CNPMF/EMBRAPA
Coordenação de Câmaras Setoriais: Ananias Viana - CECVI

Conselho Fiscal do Colegiado Territorial do Recôncavo – 2015/2017

Prefeitura Municipal de Santo Amaro, Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, STR de Castro Alves, COOPEMAFES

Câmaras Técnicas do Colegiado Territorial do Recôncavo

Câmara de Quilombolas e Comunidades Tradicionais, coordenador: Ananias Viana
Câmara de Religiões Afro-brasileira, coordenadora: Juçara Lopes Santos Pontes
Câmara de Juventude, coordenador: Noel Reis da Conceição
Câmara de Cultura, coordenadora: Shagali D. A. Ferreira
Câmara de Educação no campo, coordenador: Pedro Cerqueira Melo
Câmara de ATER, coordenador: Irlan de Almeida
Câmara de Saúde, coordenadora: Luciene Fagundes Gomes
Câmara de Políticas especiais, coordenadora: Fabiana Santana Paranaguá

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Tatiana Ribeiro Velloso – Pró-Reitora de Extensão/ Coordenadora do NEDET/UFRB
Philippe Jean Louis Sablayrolles – Docente CCAAB/UFRB – NEDET/UFRB
Raul Lomanto Neto – Docente CFP/UFRB – NEDET/UFRB
Daciane de Oliveira Silva – Docente CCAAB/UFRB – NEDET/UFRB
Cleidson Santos de Jesus – Bolsista CNPq - NEDET/UFRB - Gestão Social
Diego Araújo Peixoto Fraga – Bolsista CNPq - NEDET/UFRB – Inclusão Produtiva
Miriam Feliciano de Barros – Bolsista CNPq - NEDET/UFRB – Assessoria às Mulheres Rurais
Noel Reis da Conceição – Bolsista CNPq – Iniciação Extensionista

Instituições Apoiadoras

Coordenação Estadual dos Territórios - CET
Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR
Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar - SETAF Recôncavo

Organizadores da Sistematização do PTDRSS

Philippe Jean Louis Sablayrolles, Tatiana Ribeiro Velloso, Cleidson Santos de Jesus, Diego Araújo Peixoto Fraga, Miriam Feliciano de Barros, Noel Reis da Conceição.

Este PTDRSS teve o apoio técnico e financeiro do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR – N° 11/2014 - Apoio à Implantação e Manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Zoneamento agrícola do Recôncavo no século XVIII

Figura 2. Municípios que compõem o Território de Identidade do Recôncavo - 2015

Figura 3. Distribuição etária da população por sexo do Território de Identidade do Recôncavo - 2000 e 2010

Figura 4. Zoneamento Ecológico Econômico do Território de Identidade do Recôncavo - 2013

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Composição do Colegiado Territorial do Recôncavo – 2013 a 2017

Quadro 2. População, por situação de domicílio e sexo, segundo os municípios do Território de Identidade Recôncavo – Bahia - 2000 e 2010

Quadro 3. Zoneamento Ecológico Econômico do Território de Identidade do Recôncavo - 2013

Quadro 4. Situação Fundiária no Território de Identidade do Recôncavo 1970, 1995, 2006

Quadro 5. Situação das agroindústrias financiadas pela CAR nos municípios do Recôncavo – 1995 a 2015

Quadro 6. Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Território de Identidade Recôncavo - 1991, 2000 e 2010

Quadro 7. Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e valor nominal total do repasse, segundo municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2004 a 2015

Quadro 8. Homicídios dolosos, segundo os municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2011 a 2015

Quadro 9. Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Recôncavo na Dimensão Socioeconômica - 2016

Quadro 10. Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Recôncavo na Dimensão Ambiental – 2016

Quadro 11. Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Recôncavo na Dimensão Sociocultural e Educacional – 2016

Quadro 12. Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Recôncavo na Dimensão Político- Institucional – 2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAE	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CETEP	Centro Territorial de Educação Profissional
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEDITER	Comissão Ecumênica dos Diretores da Terra
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
CET	Coordenação Estadual de Territórios
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CPM	Centro de Políticas para Mulheres
CRAM	Centro de Referência em Atendimento à Mulher
DAP	Declaração de Aptidão
DEAM	Delegacia Especial de Atenção À Mulher
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EES	Empreendimento de Economia Solidária
EFA	Escola Família Agrícola
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

HPV	Human Papiloma Vírus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAM	Núcleo de Amparo ao Menor
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
OEAF	Organização Econômica da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa Água para Todos
PBF	Programa Bolsa Família
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA - P	Plano Plurianual Participativo
PBF	Programa Bolsa Família
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária
PMRS	Plano Municipal de Resíduos sólidos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural

PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PROINF	Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCM	Secretaria Municipal de Cultura
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMAF	Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SETAF	Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TI	Território de Identidade
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia
UNISOL	Central de Cooperativa e Empreendimentos Solidários da Bahia
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO	13
1.1. Histórico do Território	13
1.2. A implantação do Colegiado Territorial.....	17
1.3. Caracterização Geral do Território de Identidade do Recôncavo	20
1.3.1. Municípios Integrantes.....	20
1.3.2. População Urbana e Rural.....	21
1.3.3. Zoneamento agrícola e crise agrária no Recôncavo	23
1.3.4. As agroindústrias familiares financiadas.....	28
1.3.5. Vulnerabilidade social e segurança	29
1.3.6 Saúde	32
1.4. Dimensões do Desenvolvimento – Limites e Potencialidades	32
1.4.1. Dimensão Socioeconômica	33
1.4.2. Dimensão Ambiental.....	34
1.4.3. Dimensão Sociocultural e Educacional	35
1.4.4. Dimensão Político-Institucional	37
2. Estratégia e metas de desenvolvimento.....	40
2.1. Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento	40
2.2. Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas	40
2.2.1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva	40
2.2.2. Estrutura Fundiária e Acesso a Terra	43
2.2.3. Formação Cidadã e Organização Social.....	44
2.2.4. Infraestrutura e Serviços Públicos.....	47
3. CAPÍTULO III	50
3.1. Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento	50
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS.....	55

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS do Recôncavo se constitui como principal instrumento de planejamento de longo prazo do Colegiado Territorial – CODETER do Recôncavo para o período de 2017 a 2026. Este plano, enquanto instrumento norteador de estratégias e de intervenções no Território, foi traduzido em ações prioritárias que possibilitem a transformação da realidade social, cultural, política, econômica e ambiental do Recôncavo.

O PTDRSS abrange os eixos de desenvolvimento sustentável e solidário que integram as dimensões sócio-econômicas, sociocultural, educacional, ambiental e político-institucional, cada qual com estratégias e metas prioritárias voltadas para o desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão sócio-produtiva, estrutura fundiária e acesso à terra, formação e organização social e infraestrutura e serviços públicos. As estratégias e metas buscam maior efetividade para as relações entre a sociedade, o ambiente e a economia, voltadas para a cidadania e a justiça social no contexto da participação social e da inclusão social e econômica com respeito à cultura e ao meio ambiente.

As ações deste Plano estão voltadas para a estruturação e o fortalecimento do Território do Recôncavo. Entende-se aqui Território enquanto espaço apropriado e lugar de relações sociais e de ação e poder e de *identidade* do lugar, da convivência e da vivência como referência do cotidiano dos sujeitos sociais. Esses sujeitos tomam o *território* como base de organização que configura um espaço geográfico como resultado de relações sociais, que através de um conjunto de municípios constrói uma referência de escala voltada para a governança de ações públicas (VELLOSO, 2013).

O Território passa a ser entendido de *conhecimento vivo*, compartilhado e conectável, que Milton Santos (2007, p.13) defende que “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas”. O Território é, portanto, considerado como formas, objetos e ações do espaço humano – é o *território usado* – formado por lugares (SANTOS, 1994).

A construção deste PTDRSS foi resultado de discussão e de intervenções das políticas territoriais pelo Colegiado Territorial - CODETER Recôncavo, voltado para a promoção da sua missão de *contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário do Território Recôncavo, priorizando o fortalecimento da cidadania, a inclusão social e*

a melhoria da qualidade de vida, por meio da articulação dos sujeitos e das políticas públicas, apoiando e incentivando ações e projetos referenciais.

Este Plano foi sistematizado com a retomada do PTDRSS – 2012 (não concluído), a partir do CODETER do Recôncavo e apoio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Esta retomada foi realizada a partir de princípios democráticos e participativos, com a realização de oficinas e reuniões, em 2016 e 2017, e de sistematização de documentos gerados a partir das atividades do Colegiado Territorial do Recôncavo (Anexo 1).

Foram realizadas oficinas e reuniões para a atualização do diagnóstico e da construção de estratégias e metas que refletiam o conhecimento acumulado, as trajetórias, as experiências e as expectativas de transformação da realidade do Recôncavo, com prioridades que orientem as ações e as intervenções das organizações que compõem o CODETER, bem como as políticas públicas. Este exercício não pretende exaurir a complexidade do enfrentamento dos desafios através de suas potencialidades, mas de efetivar um planejamento participativo de modo a contribuir na construção de uma agenda estratégica.

Este Plano está organizado em três capítulos: o primeiro, trata do Diagnóstico da realidade do Recôncavo que aponta para os resultados que se pretendem alcançar, tratando do desenvolvimento sustentável e solidário, nas dimensões socioeconômicas, socioculturais educacionais, ambientais, políticos institucionais. O diagnóstico foi resultado da sistematização documental das atividades realizadas pelo CODETER, com atualização a partir das oficinas realizadas em 2016 e 2017 no Recôncavo e de trabalhos de campo realizados pelo NEDET. Para tanto, apresenta-se uma caracterização da realidade do Recôncavo com dados secundários.

O segundo capítulo relaciona o diagnóstico apresentado com os objetivos, as estratégias e as metas prioritárias que possam contribuir para a superação dos desafios/limites, através da relação com as oportunidades/potencialidades existentes no Recôncavo, com a apresentação de prioridades. E por fim, o terceiro capítulo que apresenta a gestão do Plano que se constitui em processos de avaliação e de monitoramento voltados para a atualização do PTDRSS, durante o período de 2017 a 2026. Estes processos serão realizados de maneira que considere a dinâmica histórica de compromissos e de responsabilidades dos sujeitos que compõem o Território do Recôncavo e de atualização dos dados secundários como forma de acompanhamento.

1. CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO

1.1. Histórico do Território

A história cultural do Recôncavo tem sua origem e formação num processo eminentemente rural, com o engenho de açúcar como o aglutinador das populações em seu entorno. As diversidades naturais de clima, relevo, cobertura vegetal e de solos existentes nesse Território, determinaram os diferentes processos de ocupação, de povoamento e de desenvolvimento das atividades econômicas, ao longo de sua formação. A dinâmica demográfica, quanto ao crescimento e à distribuição espacial, reflete a dotação dos recursos naturais, o dinamismo das atividades econômicas e os efeitos da proximidade com o principal pólo de desenvolvimento do Estado – a Região Metropolitana de Salvador

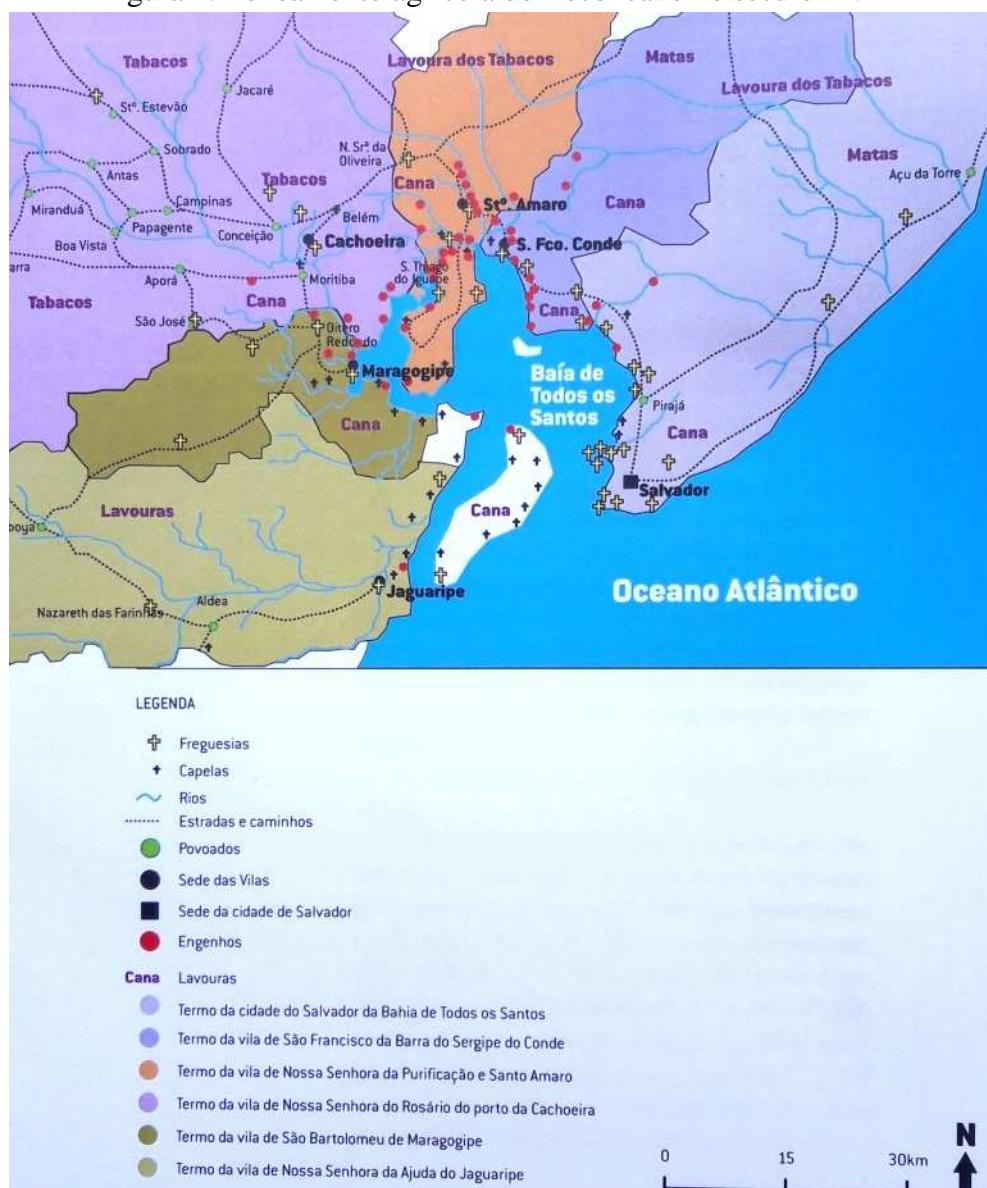
A ocupação econômica do Recôncavo começou com Mem de Sá, a partir de meados do século XVI, através da exploração das terras doadas em regime de sesmarias. O Território de Identidade do Recôncavo envolve aproximadamente a região histórica do Recôncavo Sul, cuja ocupação econômica é administrada desde o início do século XVIII a partir das povoações elevadas à vila de Jaguaripe em 1697, São Francisco do Conde e Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (1698), São Bartolomeu de Maragogipe (1724), Santo Amaro de Nossa Senhora da Purificação (1725). Essas vilas foram os núcleos, a partir do qual se deu a povoação do restante do Recôncavo, surgindo as principais vilas interioranas do Território, no decorrer do século XIX: a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Almeida (1872); a Vila de Santo Antônio de Jesus (1880); a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas (1897) e a Vila de São Félix (1889). Os núcleos urbanos foram formados a partir, principalmente, das vias de transportes e das feiras livres. Os meios de transporte, inicialmente, eram os carros de boi, lombo dos animais, fluviais e marítimos e, posteriormente, a ferrovia.

A ocupação do Recôncavo Sul segue a lógica do desenvolvimento de uma agricultura de exportação. Entretanto, o centro de decisões era exógeno, pois a Corte Portuguesa, que fixava os preços, formulava a política econômica e, em última instância, assessorava a comercialização do açúcar em troca de proteção contra ataques externos e, de certa forma, como uma espécie de pagamento pela concessão das terras. Apesar do elevado custo, a atividade açucareira mostrou-se bastante rentável nessa

época (1650- 1670), vez que possibilitou a plena exploração das terras do engenho (CAR, 2000).

No final do século XVII aparecem os primeiros sinais de decadência econômica do Recôncavo, com alternância dos ciclos de crescimento e de depressão, que iriam culminar com a estagnação da cultura nos tempos atuais. A primeira crise, em 1680 a 1690, se dá com a produção açucareira nas Antilhas, que quebrou o monopólio brasileiro no mercado mundial. A conseqüente queda dos preços afetou a rentabilidade dos engenhos. A segunda crise, em 1695 a 1705, foi determinada pela escassez da mão-de-obra escrava, que se deslocou, em grandes contingentes, para a exploração das minas de ouro nos Gerais (CAR, 2000).

Figura 1. Zoneamento agrícola do Recôncavo no século XVIII



Fonte: Andrade (2013)

O Recôncavo apresenta rapidamente uma diferenciação na localização da produção agrícola, conforme Figura 1 (ANDRADE, 2013). A região de concentração de engenhos de açúcar do Recôncavo Norte, até Santo Amaro e o sul de Cachoeira, mantém relações econômicas com as regiões produtoras de tabaco (tabuleiros ao norte e oeste de Cachoeira), estas com estabelecimentos menores, e outras mais próximas do litoral especializadas na produção de farinha de mandioca para o mercado local (Nazareth, Jaguaribe).

A expansão econômica para o interior do Recôncavo se deu com a lavoura fumageira que ocupou, inicialmente, as áreas circunvizinhas àquelas cultivadas com cana-de-açúcar. Posteriormente, em conjunto com as lavouras de subsistência e a pecuária, se estendeu até os municípios de Cruz das Almas, Sapeaçu, Conceição do Almeida, São Felipe e Castro Alves. Ainda de acordo com o estudo da CAR (2000), em cada subárea produtora de fumo, era cultivada uma variedade, mais adaptada às condições de solo e de clima, com finalidades predeterminadas:

- a) “Tipo da mata” – cultivado em Maragogipe, Cachoeira e São Felipe, servindo para encapar o charuto, substituindo o sumatra;
- b) “Tipo beira campo” – do tipo mais comum, era cultivado em Cruz das Almas, Sapeaçu, Conceição do Almeida e São Felipe, destinada ao enchimento do charuto;
- c) “Tipo do sertão” – mais rústica, era destinado ao fumo de corda, era cultivado em Castro Alves.

Foi importante também a expansão das lavouras de subsistência, destacando-se a mandioca, que garantia alimentação aos desbravadores e que, até os dias de hoje se mantém como um dos sistemas produtivos prioritários do Território. O conjunto desta agricultura é escravista até a Abolição, inclusive parte dos pequenos estabelecimentos familiares produtores de farinha (BARICKMAN, 2003). Ao longo do século XVIII a rede urbana do Recôncavo ganha importância como ponto de trânsito e controle da produção das minas da Chapada Diamantina.

Nos primeiros anos do século XIX, a revolução industrial e a urbanização aumentaram a geração de riquezas nos países da Europa, principalmente a Inglaterra, e aumentou a demanda do açúcar. Esse aumento da demanda elevou a cotação do produto no mercado mundial e propiciou a recuperação da economia açucareira brasileira.

Todavia, com o início da produção do açúcar de beterraba, por volta de 1821, e em decorrência das pressões sofridas contra o tráfico escravo, provocando a elevação

dos custos com a mão-de-obra, desencadeou-se mais outra crise na produção açucareira brasileira. Desta feita, ocorreu uma redução dos preços no mercado mundial e uma elevação dos custos de produção, forçando a intervenção governamental. Com efeito, Dom Pedro II liberou a quantia de cem mil contos de réis, a fundo perdido, para amenizar a crise financeira dos usineiros do Recôncavo e de Pernambuco (CAR, 2000).

Mesmo sofrendo alterações na sua estrutura agrária, notadamente no momento da Abolição, a especialização geográfica da agricultura do Recôncavo continua focada nas produções de açúcar, pecuária, fumo e mandioca ao longo do século XIX (BARICKMAN, 2003) e XX (LEÃO, 1987).

A abolição da escravatura, no século XIX, fortalece a necessidade de modernização da economia açucareira e o engenho foi substituído pela usina, que exigiu maiores investimentos em tecnologia. Ainda assim a competitividade do açúcar brasileiro permaneceu em baixa, forçando o governo brasileiro a dirigir a produção para o mercado interno; primeiramente, através de uma política protecionista (subsídios) e, posteriormente, através de cotas de produção e outras compensações, que dependiam da região produtora.

As feiras livres e a ferrovia foram os fatores de dinamização, a partir do final do século XIX, do processo de povoamento regional, resultando na atual configuração do seu espaço regional e territorial. Com o passar do tempo, novas áreas foram exploradas o que, consequentemente diversificou a economia do Território, e, mais recentemente, a exploração do petróleo reforça sua potencialidade frente ao mercado.

Os impactos das sucessivas crises na produção do açúcar no Brasil apresentaram reflexos maiores na economia do Recôncavo. Aqui, os usineiros se encontravam em alto grau de endividamento e não apresentavam capacidade empresarial para desenvolverem as mudanças necessárias que lhes dessem competitividade dentro da nova estrutura capitalista urbana e industrial, que começou a surgir no Brasil, a partir dos anos 30. Nessa época, o governo lançou políticas de incentivo para a implementação do processo de substituição de importações, quando então o Centro Sul, mais especificamente São Paulo, desenvolveu-se como um centro industrial produtor de bens de consumo e de capital.

A Bahia, entretanto, continuou como exportadora de matéria-prima, e, no caso específico do açúcar, com dois agravantes: o primeiro, nas exportações, perdia-se divisas com a deterioração das relações de intercâmbio internacional; o segundo, com a

aquisição de bens de capital no mercado interno, transferia recursos para a capitalização do parque industrial do Centro Sul (CAR, 2000).

1.2. A implantação do Colegiado territorial

O Território de Identidade do Recôncavo da Bahia realizou, em 2004, três oficinas territoriais nos municípios de Muritiba, Cruz das Almas e Governador Mangabeira e participou de Oficinais Estaduais de Desenvolvimento Territorial. Estas atividades foram para definição de investimentos do PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, mas sem a existência de um Colegiado Territorial.

Em 2006, depois de um período sem atividades, inicia-se um novo momento de mobilização no Território do Recôncavo, com a mobilização realizada pela UFRB e EMBRAPA como parceiras, onde foram realizadas oficinas com a presença da CET, SDT/MDA e participação dos Territórios de Identidade do Litoral Norte e Portal do Sertão. Ainda em 2006, ocorreu a participação do Território do Recôncavo nas atividades: Oficina Estadual dos Territórios, em Salvador; Salão Nacional de Territórios, em Brasília; Oficina de Formação com representantes dos territórios ainda não constituído na Bahia, sob a coordenação do MOC, através de um convênio com a SDT/MDA; e 6ª Oficina de mobilização do Território do Recôncavo, em Cachoeira no Campus da UFRB.

Em 2007, várias reuniões foram feitas e como demanda, foi sugerida a realização de Conferências Territoriais de Ciência e Tecnologia. Logo em seguida, aconteceu a 7ª Oficina de Mobilização do Território do Recôncavo da Bahia, nas estruturas da UFRB, para organização dessa conferência. Em março desse ano, foi realizada a Plenária Regional de Economia Solidária, em Feira de Santana, no campus da UEFS, com a integração com o Portal do Sertão.

Em maio de 2009, no município de Santo Antônio de Jesus, foi realizada a primeira eleição do Colegiado e do Núcleo Diretivo. O Colegiado Territorial do Recôncavo continuou o trabalho de mobilização nos municípios entre 2009 e 2012, com oficinas para a construção do PTDRSS, participações nas conferências, feiras, articulações e projetos com PROINF e convivência com o semiárido, organização nas distribuições de sementes, fóruns de mulheres e II Salão dos Territórios em Brasília e

com consolidação da Casa do Território, espaço cedido pela UFRB, no campus de Cruz das Almas.

Este foi o período que ocorreu o apoio à política territorial do Portal do Sertão, a partir de um edital do Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ¹, em parceria com a Secretaria de Planejamento – SEPLAN do Governo do Estado, com a distribuição em seis lotes formados pelos Territórios de Identidade do estado da Bahia. No caso do Portal do Sertão, o lote com os Territórios do Portal do Sertão, Metropolitana de Salvador, Recôncavo da Bahia e Litoral Norte/ Agreste Baiano, foi de responsabilidade do Centro de Apoio ao Trabalhador Rural de Feira de Santana – CATRUFFS. Este projeto possibilitou a contratação de articuladores territoriais, regionais e estaduais, além da realização de oficinas voltadas para o apoio ao Processo de Desenvolvimento dos Territórios de Identidade da Bahia e de Elaboração e Gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável². Este projeto configurou a tentativa de descentralização das atividades nos territórios, “a fim de qualificar a sociedade civil organizada para que ela pudesse entender a política e se posicionar ativamente diante dela” (FLORES, 2014, p. 55).

No mês de agosto de 2012, foi feita a reformulação do Estatuto Social e do Regimento Interno do Colegiado e eleita uma Coordenação Executiva – COORDEX provisória para promover os Encontros municipais, delegados natos ao Encontro Territorial que elegeram o Colegiado Territorial e a COORDEX, do mandato de 2013 a 2017, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Composição do Colegiado Territorial do Recôncavo – 2013 a 2017

COORDENAÇÃO EXECUTIVA	INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE
Coordenação Institucional	Coletivo de Mulheres Jacinta Passos	Rosana Vieira
Coordenação Administrativa	Prefeitura Municipal de Conceição do Almeida	Maria da Glória
Coordenação de Finanças	Prefeitura Municipal de Sapeaçu	Eládio Bahia
Coordenação da Secretaria Executiva	COOBASA	João Carlos Reis

¹ O INGÁ foi criado pela Lei Estadual 11.050 de 06/06/2008 e substituiu a Superintendência de Recursos Hídricos - SRH. Em 2011, houve uma junção do INGÁ e do Instituto do Meio Ambiente – IMA na estrutura da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA que deu origem ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA.

² Foram realizadas Oficinas Territoriais sobre Gestão Social do Desenvolvimento, Planejamento do Desenvolvimento Territorial, Construção Participativa do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Reuniões Territoriais de Planejamento e Monitoramento de Atividades, de Articulação e Negociação de Políticas Públicas e de Apoio ao Processo de Elaboração e Gestão de Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável.

Coordenação de Políticas Especiais	Prefeitura de Municipal Santo Amaro	Fabiana Santana Paranaguá
Coordenação de Núcleos Técnicos	CNPMF/EMBRAPA	Ildos Parizotto
Coordenação de Câmaras Setoriais	CECVI	Ananias Viana
CÂMARAS TÉCNICAS	INSTITUIÇÃO	COORDENAÇÕES
Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	Humana	Irlan de Almeida
Quilombolas e Comunidades Tradicionais	CECVI	Ananias Viana
Religiões Afro-brasileiras	Ylê Axé Obá Lajá	Juçara Lopes Santos Pontes
Políticas especiais	Prefeitura Municipal de Santo Amaro	Fabiana Santana Paranaguá
Juventude	AGECOOP	Noel Reis da Conceição
Saúde	Prefeitura Municipal de Muritiba	Luciene Fagundes Gomes
Cultura	SECULT	Shagali D. A. Ferreira
Educação do Campo	Pastoral da Juventude	Pedro Cerqueira Melo
COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO		
Organizações do Poder Público		
Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu		
Prefeitura Municipal de Cachoeira		
Prefeitura Municipal de Castro Alves		
Prefeitura Municipal de Conceição do Almeida		
Prefeitura Municipal de Cruz das Almas		
Prefeitura Municipal de Dom Macedo Costa		
Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira		
Prefeitura Municipal de Maragogipe		
Prefeitura Municipal de Muniz Ferreira		
Prefeitura Municipal de Muritiba		
Prefeitura Municipal de Nazaré		
Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida ³		
Prefeitura Municipal de Santo Amaro		
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus		
Prefeitura Municipal de São Felipe		
Prefeitura Municipal de São Félix		
Prefeitura Municipal de Sapeaçu		
Prefeitura Municipal de Saubara		
Prefeitura Municipal de Varzedo		
EMBRAPA		
UFRB		
Organizações da Sociedade Civil		
ASCOOB		
AGROVIDA		
CECVI		
STTR de Castro Alves		
STTR Governador Mangabeira		
STTR Governador São Felipe		
STTR Governador Santo Amaro		
STTR Cruz das Almas		
Coletivo de Mulheres Jacinta Passos		
Associação Comercial de Sapeaçu		
Fórum de Educação do Campo do Recôncavo e Vale do Jiquiricá		
COOAFATRE		
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bom Gosto		

³ O município de Salinas da Margarida migrou do Território da Região Metropolitana de Salvador para o Recôncavo da Bahia em 2015; e os municípios de São Sebastião do Passé e São Francisco do Conde neste mesmo ano migraram do Território do Recôncavo para a Região Metropolitana de Salvador.

Associação Comunitária da Tapera e Km 07
COOPERMAFS
Associação de Mulheres Regional Empreendedoras da Agricultura Familiar - AME
Ass. dos Pequenos Prod. Rurais do Terreno do Governo, Subahuma e Engenhoca
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Barrocas
GANA – Grupo Ambiental Nascentes
COOBASA
CONJUV Cruz das Almas
SINDITABACO
AMAPEC
AEPBA
Associação dos Produtores Rurais de Cana Brava
AMADEF – Associação dos Deficientes Almeidense
Associação dos Sem Teto – Conceição do Almeida
Sociedade Cultural
APLB – Conceição do Almeida
Associação Comercial de Conceição do Almeida

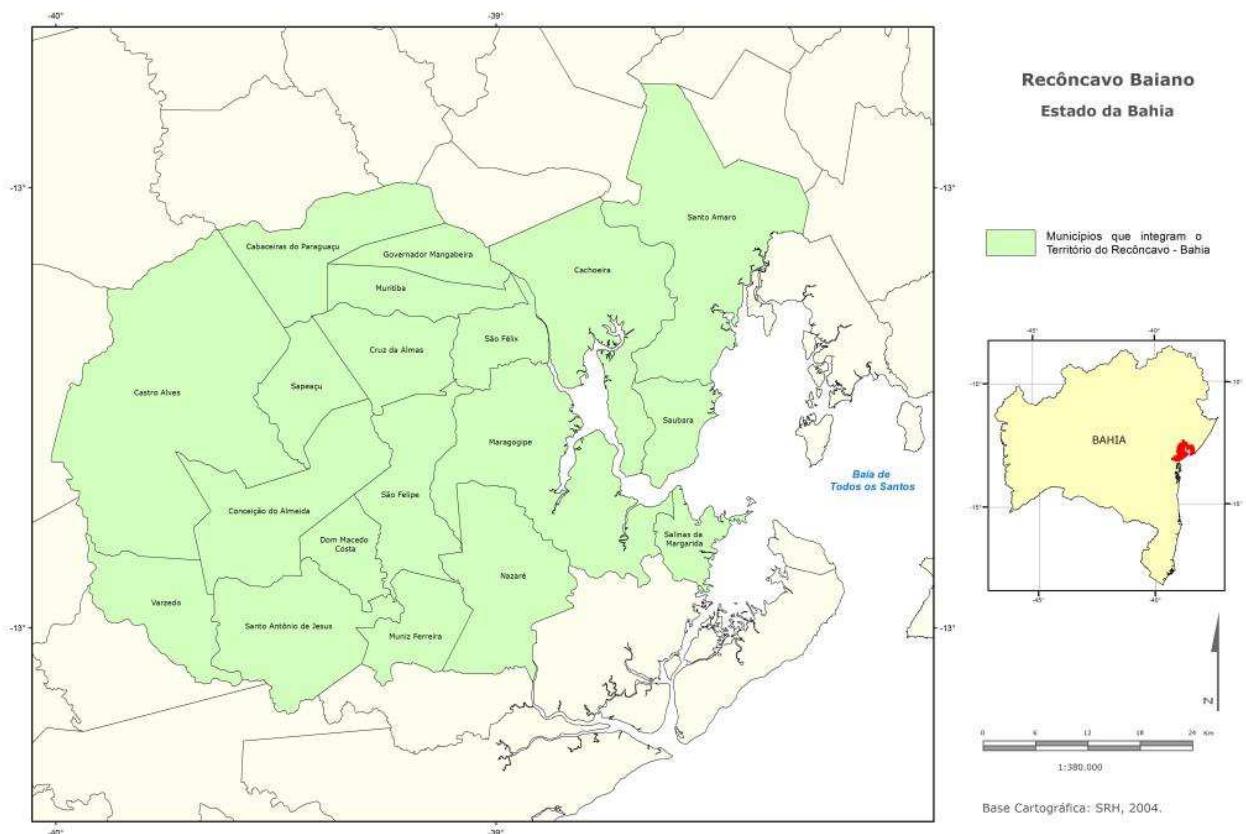
1.3. Caracterização Geral do Território de Identidade do Recôncavo

1.3.1. Municípios Integrantes

A região denominada Recôncavo da Bahia designou extensões geográficas diferentes ao longo da história, e na bibliografia. A região do Recôncavo Baiano, segundo Milton Santos (1960) apud Andrade (2013, p. 244), engloba o entorno de Salvador até Feira de Santana e Irará, ao Norte, e até Jaguaripe, ao Sul.

A abrangência do TI do Recôncavo adotada pelo Governo do Estado corresponde aproximadamente à microrregião de Santo Antônio de Jesus, utilizada pelo IBGE. Em 2015, os municípios de São Francisco do Conde e Santo Antônio do Passé migraram para o Território da Região Metropolitana de Salvador, e o município de Salinas de Margarida migrou ao TI do Recôncavo. Portanto, a partir de 2015, composição do TI do Recôncavo da Bahia é de 19 municípios: Dom Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas de Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Saubara, Varzedo, Cachoeira, Conceição do Almeida, São Félix, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu, Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu (Figura 2).

Figura 2. Municípios que compõem o Território de Identidade do Recôncavo - 2015



Fonte: Elaboração NEDET (2017).

1.3.2. População Urbana e Rural

Ao longo dos anos 2000, os dados demográficos mostram uma dinâmica de urbanização, em direção à sede dos municípios do Recôncavo (Quadro 2). A taxa de urbanização passa de aproximadamente 63 % em 2000 à 67 % em 2010, a população rural reduzindo-se em números absolutos (de 178.000 em 2000 à 170.000 em 2010). Esta tendência estatística é coerente com a crise agrária caracteriza a evolução da distribuição de terras no Território, e a dinâmica de migração dos jovens rurais e de envelhecimento da população rural observada em estudos empíricos (SABLAYROLLES, SANTANA, 2016).

Quadro 2. População, por situação de domicílio e sexo, segundo os municípios do Território de Identidade Recôncavo – Bahia - 2000 e 2010

UF / Território / Município	2000			2010			Grau de urbanização (%) ¹	
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	2000	2010
Bahia	13.085.769	8.769.524	4.316.245	14.016.906	10.103.022	3.913.884	67,0	72,1
Recôncavo_total	485.168	307.532	177.636	514.792	344.603	170.189	63,4	66,9
Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	3.305	12.242	17.327	4.644	12.683	21,3	26,8
Cachoeira	30.416	15.831	14.585	32.026	16.387	15.639	52,0	51,2
Castro Alves	25.561	14.647	10.914	25.408	15.686	9.722	57,3	61,7
Conceição do Almeida	18.912	8.318	10.594	17.889	7.926	9.963	44,0	44,3
Cruz das Almas	53.049	39.604	13.445	58.606	49.885	8.721	74,7	85,1
Dom Mamedo Costa	3.748	1.297	2.451	3.874	1.761	2.113	34,6	45,5
Governador Mangabeira	17.165	6.684	10.481	19.818	7.417	12.401	38,9	37,4
Maragogipe	41.418	21.043	20.375	42.815	25.093	17.722	50,8	58,6
Muniz Ferreira	6.941	3.301	3.640	7.317	3.394	3.923	47,6	46,4
Muritiba	30.644	17.905	12.739	28.899	18.040	10.859	58,4	62,4
Nazaré	26.365	23.011	3.354	27.274	22.864	4.410	87,3	83,8
Salinas da Margarida	10.377	4.611	5.766	13.456	5.960	7.496	44,4	44,3
Santo Amaro	58.414	44.505	13.909	57.800	44.766	13.034	76,2	77,4
Santo Antônio de Jesus	77.368	66.245	11.123	90.985	79.299	11.686	85,6	87,2
São Felipe	13.699	8.748	4.951	14.098	9.265	4.833	63,9	65,7
São Félix	20.228	8.250	11.978	20.305	9.820	10.485	40,8	48,4
Sapeaçu	16.450	7.524	8.926	16.585	8.084	8.501	45,7	48,7
Saubara	10.193	10.076	117	11.201	10.948	253	98,9	97,7
Varzedo	673	2.627	6.046	9.109	3.364	5.745	30,3	36,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000 e 2010). Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Nota: ¹ Percentual da população urbana em relação à população Total.

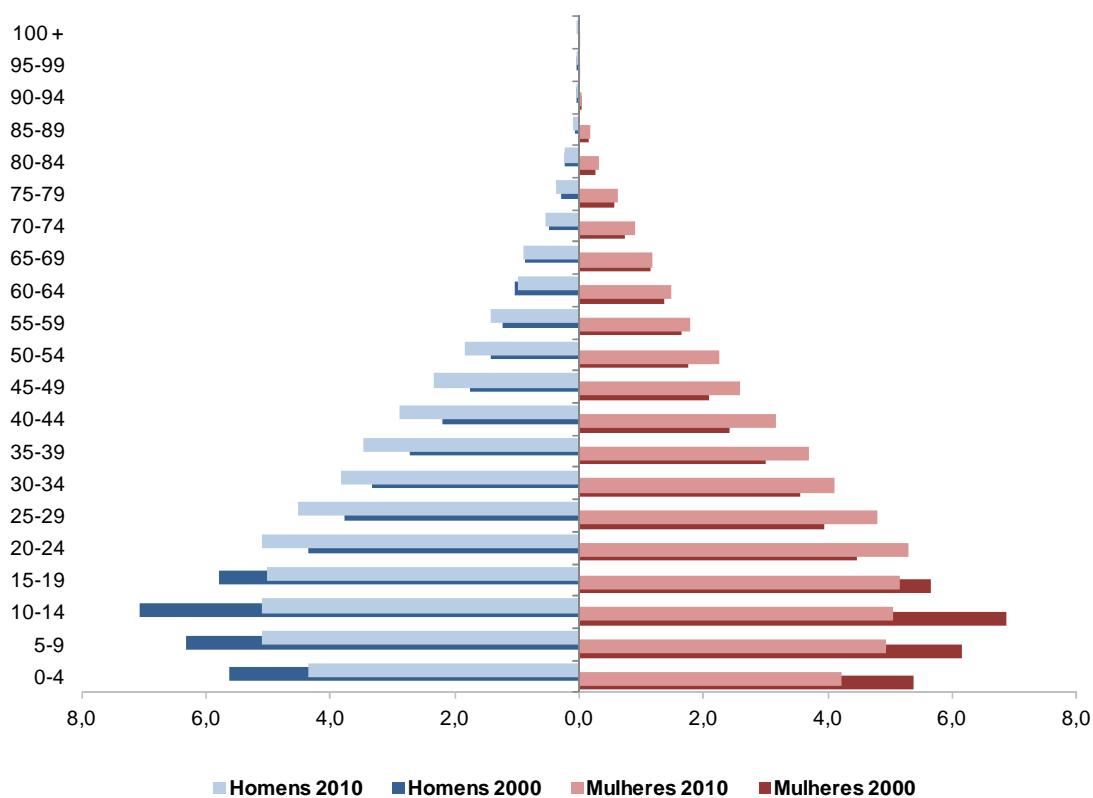
O grau de urbanização do Recôncavo registrado pelo IBGE em 2010 (66,9 %) deve ser relativizado. Desde o final da década de 1990, a geografia e a economia rural mostraram a extrema fragilidade do conceito de urbano utilizado pelo IBGE, definindo populações residentes em sede e distritos de municípios. Este critério aponta por exemplo o Pantanal como a região mais urbanizada do país. O critério de rural deve integrar no mínimo considerações sobre as densidades de populações (o urbano sendo caracterizado por altas densidades) e configuração dos setores econômicos, muitas das atividades mesmo não agrícolas devendo ser consideradas rurais, por causa da sua inserção nas cadeias de mercado relacionadas ao setor agrícola (VEIGA, 2001).

Um estudo recente de Girardi (2008) que retoma as categorias do Rural / Urbano propostas por José Veiga e a OCDE, propõe um novo mapeamento dos municípios

brasileiros. Neste mapeamento, o Recôncavo apresenta uma predominância de municípios rurais, ou rurais baseados num economia terciária, e poucos municípios classificados como urbanos.

O envelhecimento da população, mostrado na figura seguinte é mais um elemento da realidade populacional do Recôncavo. De 2000 a 2010, aumentam todas as classes de idade acima de 20 anos, e observa-se uma forte diminuição das classes abaixo dos 20 anos.

Figura 3. Distribuição etária da população por sexo do Território de Identidade do Recôncavo - 2000 e 2010

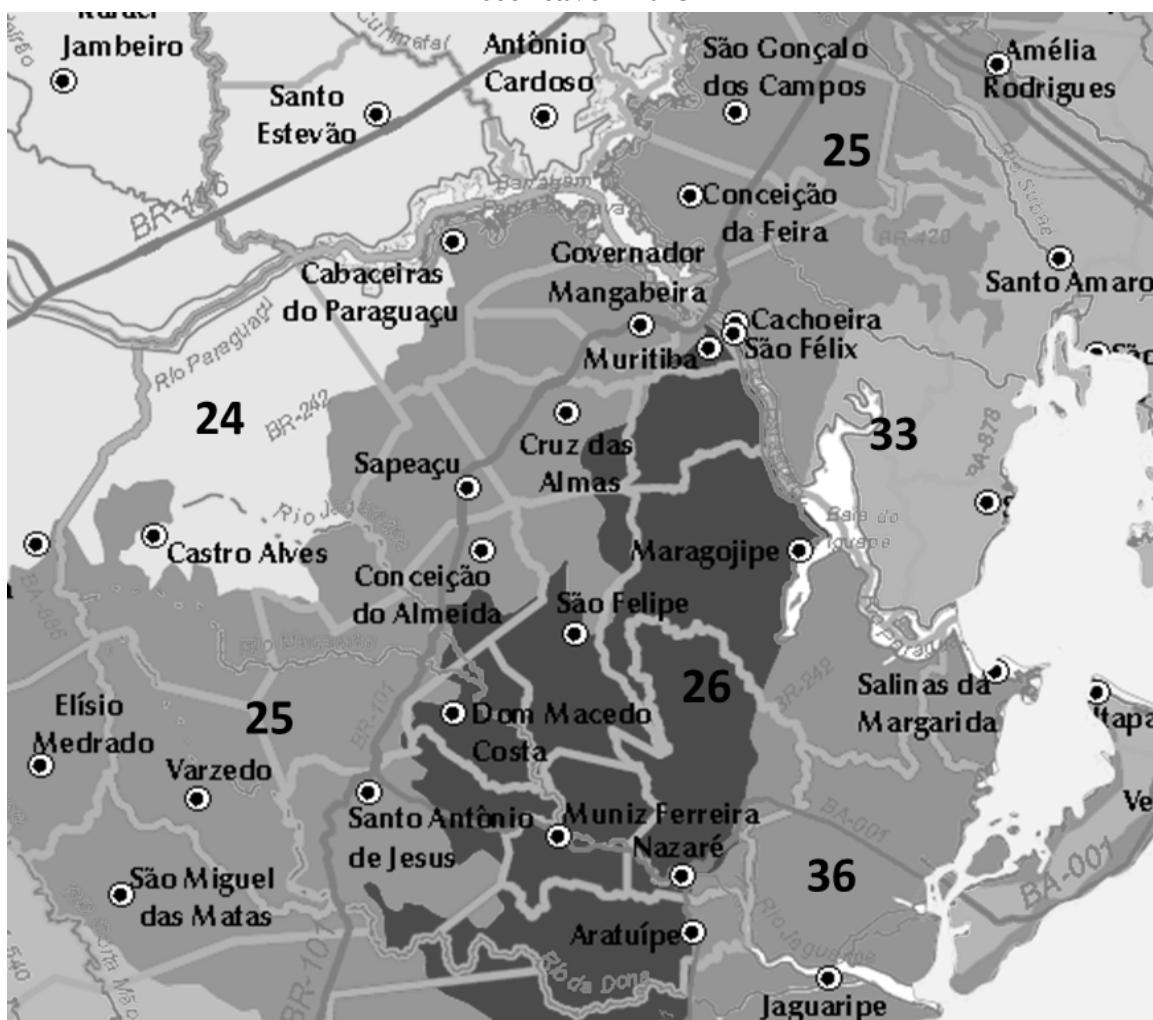


Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 2000 e 2010. Resultados da Amostra.
Elaboração: SEI/DIPEQ/COPESP. Dados sistematizados a partir dos Microdados.

1.3.3. Zoneamento agrícola e crise agrária no Recôncavo

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) realizado no Estado da Bahia em 2013 identifica 36 zonas no Estado, sendo que 5 são encontradas no TI do Recôncavo (Figura 4).

Figura 4. Zoneamento Ecológico Econômico do Território de Identidade do Recôncavo - 2013



Fonte: ZEE (2013)

As zonas apresentam características diferentes nas formas dominantes de agricultura, que devem ser consideradas para o zoneamento das problemáticas agrárias. O Quadro 3 relaciona os 19 municípios do TI do Recôncavo às zonas do ZEE as quais pertencem, com suas características agrícolas e agroecológicas.

O ZEE do TI do Recôncavo pode ser representado com faixas paralelas ao litoral, conforme Quadro 3. Ao longo do litoral, na parte sul, a planície (zona 36, municípios de Salinas de Margarida e parte de Maragogipe) mantém uma cobertura vegetal significativa (51,1 %) e uma arboricultura diversificada (cacau, coco, dendê, etc) em áreas suscetíveis à erosão. Ao longo do litoral, na parte norte, a zona chamada de Recôncavo (zona 33, Santo Amaro e Saubara, parte do município de Cachoeira), faz parte da região histórica de concentração dos engenhos de açúcar; a cana cedeu espaço

para as pastagens e os plantios de eucalipto, deixando alguns espaços para uma agricultura familiar diversificada.

Quadro 3. Zoneamento Ecológico Econômico do Território de Identidade do Recôncavo - 2013

Municípios do TI do Recôncavo		Descrição das Zonas ZEE dominantes no município		
Nome	Zonas ZEE	Código	Nome	Características agrícolas e agroecológicas
Castro Alves	24-25	24	Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu	Predomínio do uso do solo por pastagens. Abacaxi; Feijão; Mandioca e Melancia Zona com Alta cobertura vegetal remanescente (33,0%) - 96% da zona com vulnerabilidade hídrica Muito Alta
Cabaceiras do Paraguaçu	24-25			
Santo Antônio de Jesus	25			
Varzedo	25			
Conceição do Almeida	25			
Cruz das Almas	25			
Governador Mangabeira	25			
Muritiba	25			
Sapeaçu	25	25	Tabuleiros Interioranos do Recôncavo	Usos diversos do solo, com destaque para pastagens, policultura e citros. Banana; Cacau; Cana-de-açúcar; Fumo; Laranja e Mandioca Vegetação remanescente 9,3 %
Cachoeira	25-33			
Santo Amaro	33			
Saubara	33			
Dom Macedo Costa	26	33	Recôncavo Baiano	Predomínio do uso do solo por pastagens, cana-de-açúcar e silvicultura. Coco-da-baía; Laranja; Mandioca e Madeira para papel e celulose (eucalipto) Cobertura vegetal remanescente 33,1%
Muniz Ferreira	26			
Nazaré	26			
São Felipe	26			
São Félix	26			
Maragogipe	26-36			
Salinas de Margarida	36	36	Planície Fluviomarinha	Cultivo de coco, policultura - Banana; Borracha; Cacau; Coco-da-baía; Dendê e Mamão; Cobertura vegetal remanescente (51,1%); Alta proporção (37,2%) da área em Unidades de Conservação; 83% da zona com vulnerabilidade à erosão Muito Alta

Fonte: Elaboração dos autores, segundo ZEE (2013).

A faixa seguinte é a dos Planaltos pré-litorâneos (zona 26, municípios de Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe, São Félix, e parte de Maragogipe); é a região histórica de produção de farinha de mandioca, caracterizando-se pela alta vulnerabilidade à erosão, mantendo uma arboricultura diversificada. Segue a faixa dos Tabuleiros interioranos, acompanhando o traçado da BR 101 (zona 25, municípios de Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu e parte de Castro Alves, Cachoeira e Cabaceiras do Paraguaçu); é a região histórica de cultivo do tabaco, atualmente com reduzida

proporção da vegetação original (9,3 %), com atividades agrícolas distribuídas entre pecuária e policultura diversificada, com foco na produção de mandioca, laranja e tabaco. A última faixa agroecológica sofre a influência do clima semiárido (zona 24, parte dos municípios de Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu), com alta vulnerabilidade hídrica e domínio das pastagens.

O zoneamento do TI do Recôncavo a partir do ZEE do Estado da Bahia permite discutir com propriedade a questão agrária no Território. Os dados do IBGE referentes ao número de estabelecimentos e do tamanho total da área, para três categorias de área (menos de 2 hectares, de 2 a 100 hectares e acima de 100 hectares), para cada município do TI do Recôncavo, agrupados por zona do ZEE. Os estabelecimentos abaixo de 2 hectares concentram a condição de minifundiários (gerando uma renda agrícola inferior ao necessário para a manutenção da família), os estabelecimentos até 100 hectares concentram a agricultura familiar (Quadro 4).

Quadro 4. Situação Fundiária no Território de Identidade do Recôncavo 1970, 1995, 2006

1970												
Municípios *	Área Km ²	Total		Menos de 2 ha			De 2 a 100 ha			Mais de 100 ha		
		Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Há
Zona 24	938	4.985	146.908	1.575	32%	1.904	1%	3.169	64%	47.874	33%	241 66%
Zona 25	1.639	12.419	131.059	4.676	38%	5.276	4%	7.560	61%	74.077	57%	183 39%
Zona 33	656	954	34.171	343	36%	458	1%	555	58%	8.039	24%	56 75%
Zona 26	1.227	8.166	95.749	2.750	34%	3.401	4%	5.315	65%	49.795	52%	101 44%
Zona 36	150	220	1.575	165	75%	127	8%	49	22%	469	30%	6 62%
Recôncavo	4.610	26.744	409.462	9.509	36%	11.166	3%	16.648	62%	180.254	44%	587 53%

1995												
Municípios *	Área Km ²	Total		Menos de 2 ha			De 2 a 100 ha			Mais de 100 ha		
		Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Há
Zona 24	938	4.753	78.578	2.636	55%	2.237	3%	1.965	41%	19.086	24%	152 73%
Zona 25	1.639	12.463	112.084	6.382	51%	6.250	6%	5.919	47%	55.088	49%	162 45%
Zona 33	656	778	22.300	358	46%	361	2%	373	48%	4.419	20%	47 79%
Zona 26	1.227	7.358	80.730	2.934	40%	2.750	3%	4.308	59%	41.676	52%	116 45%
Zona 36	150	42	385	28	67%	27	7%	13	31%	205	53%	1 40%
Recôncavo	4.610	25.394	294.077	12.338	49%	11.625	4%	12.578	50%	120.474	41%	478 55%

2006												
Municípios *	Área Km ²	Total		Menos de 2 ha			De 2 a 100 ha			Mais de 100 ha		
		Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Há
Zona 24	938	4.527	73.666	2.946	65%	2.188	3%	1.452	32%	15.950	22%	129 75%
Zona 25	1.639	12.904	94.143	8.493	66%	6.337	7%	4.263	33%	39.169	42%	148 52%
Zona 33	656	971	29.715	454	47%	371	1%	470	48%	5.175	17%	47 81%
Zona 26	1.227	9.917	83.402	5.411	55%	4.194	5%	4.380	44%	41.793	50%	126 45%
Zona 36	150	59	1.562	39	66%	17	1%	16	27%	s.d.	s.d.	4 7%
Recôncavo	4.610	28.378	282.488	17.343	61%	13.107	5%	10.581	37%	102.087	36%	454 59%

Sem Sapeaçu	Sem Salinas da Margarida	Sem Salinas da Margarida
-------------	--------------------------	--------------------------

Fonte: IBGE, Grupo de Pesquisa Geografar (2016).

* Zona 24 dominante em: Castro Alves, Cabaceiras do Paraguaçu. Zona 25 dominante em: Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu, Cachoeira. Zona 33 dominante em: Santo Amaro, Saubara. Zona 26 dominante em: Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe, São Félix, Maragogipe. Zona 36 dominante em: Salinas de Margarida.

Em termos gerais, esses dados mostram uma forte tendência à concentração fundiária no TI do Recôncavo, porém com características particulares. A proporção dos estabelecimentos minifundiários (classe de área abaixo de 2 hectares) aumenta de 36 % em 1970 para 49%, em 1995; e 61%, em 2006. Paralelamente, a proporção dos estabelecimentos familiares, a priori com capacidade de acumulação econômica (classe de área de 2 a 100 hectares) declina fortemente, de 62 % em 1970, para 50 % em 1995 e 37 % em 2006, sem que haja variações dessa amplitude para a classe de área acima de 100 hectares.

Existe a suposição que o processo de instalação dos jovens na classe de 2 a 100 hectares funciona principalmente mediante a partilha das áreas do estabelecimento dos pais: para os agricultores, nesta categoria não há uma dinâmica suficiente de acumulação par instalar seus filhos em propriedades de tamanho equivalente às suas. Esta categoria de área é submetida a um processo gradativo de divisão das terras, até que se amplia a massa dos agricultores minifundiários (classe abaixo de 2 hectares). Não parece haver uma tendência equivalente entre a classe dos mais de 100 hectares, e a categoria de 2 a 100 hectares. O processo de concentração fundiária em curso no TI do Recôncavo, vigorando desde dezenas de anos, reflete uma profunda crise agrária, a priori uma crise agrária da agricultura familiar.

Esta dinâmica é bem diferenciada conforme as zonas do ZEE. Tem sua amplitude máxima na zona de influência semiárida (zona 24 do ZEE), e na zona histórica de produção de fumo (zona 25 do ZEE, Tabuleiros interioranos), onde a percentagem de estabelecimentos abaixo de 2 ha passa de 38 % em 1970 para 66 % em 2006, e a percentagem da classe de 2 a 100 ha passa no mesmo período de 61 % para 33 %, com acréscimo significativo da área detida pela classe dos mais de 100 ha (39 % a 52 %).

A dinâmica é menos acentuada na zona histórica de produção de farinha (zona 26 do ZEE, Planaltos pré-litorâneos), onde a percentagem de estabelecimentos abaixo de 2 ha passa de 34 % em 1970 para 55 % em 2006, e a percentagem da classe de 2 a 100 ha passa no mesmo período de 65 % para 44 %, sem que haja variação significativa da área detida pelos mais de 100 ha. A zona histórica da cana (zona 33 do ZEE, Santo

Amaro e Saubara) mostra uma dinâmica menos acentuada, similar a da zona 26, mas com a manutenção de forte proporção de área detida pelos mais de 100 ha (75 – 80 % do total). Mesmo se as tendências são similares em todo o Território, as suas características concretas dependem de fato das agriculturas locais.

1.3.4. As agroindústrias familiares financiadas

No Recôncavo, existem unidades de beneficiamento da agricultura familiar (agrícolas e não agrícolas) sob financiamento público do estado da Bahia através da CAR e do governo Federal pelo MDA. No Quadro 5 apresenta-se a situação dos projetos de investimentos da CAR nos municípios do Recôncavo, a partir de visitas de campo, no período de 1995 a 2015.

Quadro 5. Situação das agroindústrias financiadas pela CAR nos municípios do Recôncavo – 1995 a 2015

MUNICÍPIOS	AGRO-INDUSTRIAS TOTAIS	ATIVIDA DE NORMAL	BAIXA ATIVIDADE	SUCATE A-DAS E PARADAS	EM CONSTRUÇÃO/CONSTRUÇÃO PARADA	MUDOU DE ATIVIDADE
Cabaceiras do Paraguacu	8	5	1	2	0	0
Cachoeira	6	0	0	0	0	0
Castro Alves	0	0	0	0	0	0
Conceição do Almeida	0	0	0	0	0	0
Cruz das Almas	10	1	3	6	0	0
Dom Macedo Costa	0	0	0	0	0	0
Governador Mangabeira	7	0	3	1	0	0
Maragogipe	1	1	0	0	0	0
Muniz Ferreira	0	0	0	0	0	0
Muritiba	6	4	0	2	0	0
Nazaré	3	1	0	1	0	0
Salinas da Margarida	0	0	0	0	0	0
Santo Amaro	4	0	1	1	1	0
Santo Antônio de Jesus	0	0	0	1	0	0
Sao Felipe	6	1	0	3	0	0
Sao Félix	1	1	0	0	0	0
Sapeaçu	8	4	2	2	0	2
Saubara	0	0	0	0	0	0
Varzedo	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	60	18	10	19	1	2

Fonte: Levantamento de campo do NEDET (2015/2016)

Dos 60 projetos de agroindústria familiar financiados, foram entrevistados 52 representantes responsáveis pelos investimentos. Dos entrevistados, menos de um terço (18) encontram-se em atividade normal, correspondente à planejada, no momento da pesquisa. Uma parte (10) se encontra em atividade baixa, e um terço (19) se encontram sucateadas ou paradas.

Esses dados chamam a atenção sobre a baixa realização das atividades planejadas com os equipamentos financiados. Esta situação certamente decorre de dois mecanismos, agindo em proporção diferenciadas, conforme as situações: a baixa qualidade do diagnóstico e do planejamento realizado no momento da elaboração do projeto (aspectos, técnicos, econômicos, sociais e organizativos); e, ou ausência de acompanhamento técnico e de capacitações (aspectos técnicos e de gestão) no momento da execução.

Na sua dimensão de diagnóstico, o presente documento mostra a fragilidade da ATER destinada às organizações da agricultura familiar no Recôncavo, que constitui um dos fatores limitantes do desenvolvimento deste setor.

1.3.5. Vulnerabilidade social e segurança

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do TI do Recôncavo seguem uma tendência crescente de 1991 a 2010. O IDH médio do Recôncavo é estimado em 0,365 em 1991 e dobra em 2010 (índice médio de 0,631). Os municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus lideram o Território em termos de IDH, em todos os anos. No entanto, esses índices sempre permanecem abaixo da média dos observados a nível do Estado da Bahia (Quadro 6).

Quadro 6. Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Território de Identidade Recôncavo - 1991, 2000 e 2010

Município	1991	2000	2010
Bahia	0,386	0,512	0,660
Recôncavo	0,365	0,488	0,631
Cabaceiras do Paraguaçu	0,240	0,389	0,581
Cachoeira	0,399	0,516	0,647
Castro Alves	0,351	0,451	0,613
Conceição do Almeida	0,356	0,482	0,606
Cruz das Almas	0,451	0,574	0,699
Dom Macedo Costa	0,326	0,469	0,632
Governador Mangabeira	0,359	0,514	0,643
Maragogipe	0,341	0,456	0,621

Muniz Ferreira	0,363	0,483	0,617
Muritiba	0,411	0,529	0,660
Nazaré	0,407	0,513	0,641
Salinas da Margarida	0,373	0,466	0,617
Santo Amaro	0,402	0,516	0,646
Santo Antônio de Jesus	0,450	0,560	0,700
São Felipe	0,293	0,464	0,616
São Félix	0,388	0,489	0,639
Sapeaçu	0,374	0,490	0,614
Saubara	0,352	0,502	0,617
Varzedo	0,303	0,418	0,586

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

Na implementação do Programa Bolsa Família entre os anos de 2005 e 2015, o número de famílias cadastradas e os repasses aumentaram gradativamente, com variações similares no Recôncavo e no Estado, conforme Quadro 7.

Quadro 7. Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e valor nominal total do repasse, segundo municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2004 a 2015

UF / Território / Município	2005		2010		2015	
	Famílias	Valor (R\$)	Famílias	Valor (R\$)	Famílias	Valor (R\$)
Bahia	1.067.291	751.361.024	1.662.069	1.938.969.367	1.797.610	3.600.165.870
Recôncavo	42.794	29.746.549	63.567	73.687.636	72.037	139.752.088
Cabaceiras do Paraguaçu	1.938	1.557.395	2.554	3.271.530	2.990	8.488.983
Cachoeira	1.616	1.361.641	4.316	5.161.435	5.047	11.256.936
Castro Alves	1.852	1.505.810	3.701	4.413.796	4.110	8.769.175
Conceição do Almeida	1.823	1.275.239	2.239	2.550.290	2.900	5.173.371
Cruz das Almas	4.006	2.624.029	5.312	5.396.599	4.767	7.399.782
Dom Macedo Costa	522	332.989	515	601.207	647	1.208.429
Governador Mangabeira	1.622	1.018.385	2.389	2.986.341	2.943	5.564.506
Maragogipe	3.922	2.865.049	6.608	8.084.598	7.487	14.102.290
Muniz Ferreira	553	416.733	1.072	1.246.367	1.252	1.865.977
Muritiba	2.534	1.719.966	3.259	3.861.068	3.942	10.161.313
Nazaré	580	389.366	3.488	4.280.303	3.226	5.721.014
Salinas da Margarida	670	408.150	1.843	2.219.296	2.381	4.616.020
Santo Amaro	6.358	4.089.522	7.568	8.568.500	8.976	15.933.448
Santo Antônio de Jesus	7.378	4.761.794	9.067	9.825.707	9.727	17.363.336
São Felipe	2.263	1.755.399	2.650	3.112.035	3.223	4.952.033
São Félix	1.248	896.214	1.804	2.050.105	1.947	4.242.138
Sapeaçu	1.466	1.086.649	2.312	2.736.681	2.782	6.182.376
Saubara	1.142	775.679	1.561	1.798.255	2.173	4.369.509
Varzedo	1.301	906.540	1.309	1.523.523	1.517	2.381.452

Fonte: MDS - CadÚnico

Ao adotar um número médio de 5 pessoas por família, as 72.037 famílias cadastradas para o Programa Bolsa Família (PBF), em 2015, representam uma população estimada de 360.185 pessoas no TI do Recôncavo, ou seja, 65 % da população recenseada. Esses números (dois terço da população, enquadrando-se nos critérios de pobreza definidos pelo PBF) são coerentes com os dados preocupantes do IDH e a tendência profunda à crise agrária que caracteriza a agricultura do Território.

Mais preocupantes ainda, são os dados relacionados à segurança pública que apresentam uma piora de 2011 até 2015, para todos os índices. O Quadro 8 mostra a evolução do registro de homicídios dolosos, que é multiplicado por 4 no referido período no TI do Recôncavo, em ritmo muito mais alarmante que a variação observada no Estado no mesmo período (acréscimo de 25 %). O mesmo pode ser observado para roubos de veículos, pessoas detidas por uso ou porte de drogas.

Quadro 8. Homicídios dolosos, segundo os municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2011 a 2015

UF / Território / Município	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	4.466	5.879	5.440	5.663	5.588
Recôncavo_total	49	124	132	177	189
Cabaceiras do Paraguaçu	-	-	3	1	9
Cachoeira	4	13	12	13	13
Castro Alves	-	-	3	1	3
Conceição do Almeida	1	-	1	2	1
Cruz das Almas	1	11	14	27	31
Dom Macedo Costa	-	-	-	-	-
Governador Mangabeira	7	7	5	11	6
Maragogipe	-	12	14	22	14
Muniz Ferreira	2	-	1	-	-
Muritiba	2	9	13	10	9
Nazaré	4	2	4	4	6
Salinas da Margarida	1	2	1	7	9
Santo Amaro	12	33	18	17	26
Santo Antônio de Jesus	14	26	28	31	34
São Felipe	1	3	5	12	8
São Félix	-	1	2	6	5
Sapeaçu	-	-	3	1	2
Saubara	-	5	4	7	11
Varzedo	-	-	1	5	2

Fonte: SSP-Ba.

1.3.6 Saúde

No Recôncavo, as estatísticas do IBGE mostram uma relativa melhora dos índices de mortalidade infantil: antes de completar o primeiro ano de vida, em 2000, atingia 36,4 por mil nascidos vivos (enquanto a taxa era de 26,3 no estado da Bahia); e em 2015, esta taxa cai para 15,1 (enquanto no estado é de 16,4). A mesma tendência é observada após o quinto ano de vida.

Com relação a incidência de doenças, houve redução de tuberculose de 290 incidências, em 2001, para 170 casos, em 2015. A hanseníase aumentou no Recôncavo de 40 registros, em 2001, para 54 casos, em 2015. Dados preocupantes são as estatísticas dos casos registrados de AIDS, que ficam num intervalo de 16 a 49 casos anuais entre 2000 e 2010, mas aumentam de 81 a 112 casos, entre 2013 e 2015 (DATASUS, 2013 e 2015).

A partir de 2015 foram notificados casos de doenças *Zika Vírus* e *Chikungunya*, doenças adquiridas através do mosquito *Aedes aegypti*, mesmo vetor da dengue. A dengue e a *Chikungunya* possuem sintomas e sinais parecidos, sendo que a *Chikungunya* tem como sintomas dores e inchaço nas articulações das pessoas. Em 2015, no Recôncavo foram registrados 3.125 casos de *Zika Vírus*, e 390 de *Chikungunya* (DATASUS, 2016).

Para atendimento à população, no Recôncavo, segundo o IBGE, existem 1.027 leitos públicos e 127 leitos particulares em 2015, com uma leve tendência à diminuição desde 2010, apesar o aumento populacional do período. O número de médicos no Recôncavo é de 426, em 2015, e o número de enfermeiro de 475, com concentração nos municípios de Santo Antônio de Jesus e, em menor proporção, Cruz das Almas. Esses números se situam bem abaixo das médias observadas à nível do Estado da Bahia, relativamente à população.

1.4. Dimensões do Desenvolvimento – Limites e Potencialidades

Os sujeitos territoriais discutiram os limites e potencialidades do Recôncavo, com metodologias diversas (FOFA, debates temáticos em torno de diagnósticos, etc). Apresenta-se estes elementos sistematizados, organizados em 4 dimensões: sócio-econômica; ambiental; socio-cultural e educacional; e política institucional.

1.4.1. Dimensão Socioeconômica

A dimensão socioeconômica busca a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioprodutiva.

O Quadro 9 apresenta os principais limites e potencialidades identificados pelos atores. Em resumo, destacam os seguintes pontos: Baixa efetividade de política pública; fragilidade organizativa e representação social; proximidade de mercados consumidores com infraestruturas relativamente boa; agricultura diversa, implementada em ecossistemas relativamente favoráveis, porém com predominância do minifúndio e dificuldade de acesso à terra; e importância do patrimônio cultural.

Quadro 9. Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Recôncavo na Dimensão Socioeconômica - 2016

LIMITES	POTENCIALIDADES
Dificuldade do acesso à terra e Ecologia relativamente favorável e agricultura diversa	
Maioria de minifundiários no número de estabelecimentos agrícolas	Diversidade Produtiva: mandiocultura, fruticultura, apicultura, Aquicultura, carcinicultura, caprinocultura, citricultura, bovinocultura de corte, artesanato...
	Condições climáticas do território do Recôncavo melhores em relação ao semiárido
Êxodo Rural, principalmente da juventude, ausência de Terra – Problema de sucessão e herança	Alto número de agricultores familiares no território. Pesca Artesanal.
	Grande potencial para Indústria, comércio e serviços
Fragilidade organizativa, para a comercialização e representação social	
Dificuldade de escoamento dos produtos artesanais	Possibilidade de expansão da Economia Solidária
Necessidade de criação de uma CEASA no território.	Matéria-prima para implantação de agroindústrias.
Fragilidade no Mercado do Produtor (Baixa participação de Agricultores Familiares, atendendo apenas 5 famílias)	Boa malha viária para escoar a produção. Proximidade de grandes centros de consumidores (SSA, FSA, SAJ)
Baixo grau de associativismo e cooperativismo nas comunidades, gerando falta de autogestão de pessoas e de	Alto potencial turístico: Saubara, Iguape, Bahia de Todos os Santos, Propriedades de turismo rural e comunitário; possibilidade

políticas públicas Ausência de articulação da Juventude. Baixo índice de desenvolvimento social	de produção associada ao turismo Importância forte do Patrimônio Cultural: Cachoeira, Santo Amaro, Castro Alves, Maragogipe.
Baixa efetividade de política pública	
Ausência das políticas públicas na dinâmica territorial	Existência de políticas públicas e programas governamentais universais
Baixa execução do PAA e PNAE	
Falta de Estruturação operacional do SETAF	
Baixa Assistência Técnica (ATER) Falta de efetivação na Política de Distribuição das Sementes	Existência de instituições de pesquisa, universidades, centros profissionalizantes. (CETEPs e IFBA)
Falta de políticas públicas para acesso à terra.	
Dificuldades de acesso ao crédito. BB, BNB, PRONAF.	
Falta de estudo do potencial produtivo dos municípios e estudo do mercado.	

1.4.2. Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a identificação dos passivos ambientais em busca da sustentabilidade. Examina a diversidade de contextos ecológicos, o potencial de recursos naturais, a diversidade de saberes locais e as práticas de uso dos recursos, as práticas predatórias, a implementação das políticas ambientais.

O Quadro 10 apresenta os principais limites e potencialidades identificados pelos sujeitos territoriais: um contexto ambiental diversificado e relativamente favorável, com boa disponibilidade hídrica global; saberes e usos tradicionais ricos e diversificados dos recursos, para a agricultura e a pesca, com importante identidade cultural; práticas predatórias e inadequadas de uso do meio ambiente, à nível individual ou municipal; e pouca efetividade das políticas ambientais.

Quadro 10. Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Recôncavo na Dimensão Ambiental – 2016

LIMITES	POTENCIALIDADES
Contexto ambiental diversificado e relativamente favorável versus práticas inadequadas	
Descaso com o meio ambiente, práticas inadequadas	Potencial favorável de recursos naturais: água, clima, diversidade de solos, cobertura vegetal remanescente em proximidade do litoral. Fragmentos de matas
Uso excessivo de agrotóxico	Abastecimento de água potável
Desmatamento	Alternativa de captação de água da chuva
Aterros Sanitários/ Lixões	Barragem Pedra do Cavalo. Barragem do Rio Cona
Desperdícios das matérias orgânicas das feiras livres	Diversidade das formas e saberes de pesca artesanal e sua comercialização local
Uso irregular das margens dos rios	Política pública de proteção, revitalização, manutenção e incentivo a proteção das nascentes e vestígios de mata
Semiaridão/ Desertificação	Manguezais
Contaminação Industrial	Reposição das matas ciliares
	Diversidade Agrícola. Relação da produção com o bioma
Saberes tradicionais diversificados de uso dos recursos versus pouca efetividade das políticas ambientais	
Falta de fiscalização ambiental	Importância das áreas em Unidades de Conservação, Reserva extrativista marinha
Falta de política de conservação, proteção e manutenção do Bioma do Recôncavo	Potencial de uso de novas tecnologias para recuperação de áreas degradadas. Utilizar tecnologia disponível
Dificuldade da Efetivação e acompanhamento do ZEE	Potencial de ampliação da comercialização de produtos orgânicos para garantir a segurança alimentar
Esgotamento Sanitário /Plano Municipal de resíduos sólidos - PMRS	Potencial de reutilização dos lixos orgânicos
Falta de regularização e incentivos para cooperativas e associações de catadores de material reciclável	Número de jovens em programas ambientais (agentes ambientais)

1.4.3. Dimensão Sociocultural e Educacional

A dimensão sociocultural e Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios.

Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios. Também abrange o acesso a serviços e infraestrutura pública (saúde, educação, proteção social, moradia, segurança, comunicações, energia, abastecimento d'água, saneamento, transporte, estradas, cultura, esporte e lazer).

O Quadro 11 apresenta os principais limites e potencialidades identificados pelos sujeitos territoriais: fragilidade da situação dos jovens rurais e êxodo rural; apesar do vigor das tradições culturais, tendência de erosão do patrimônio cultural do Recôncavo, e fragilidade das políticas culturais e de educação; e aumento da insegurança e da violência, num contexto de permanência das discriminações de gênero, de raça, de diversidade, de religião.

Quadro 11. Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Recôncavo na Dimensão Sociocultural e Educacional – 2016

LIMITES	POTENCIALIDADES
Apesar do vigor das tradições culturais, tendência de erosão do patrimônio cultural	
Perda de identidade cultural e histórica do Recôncavo. Falta de resgate cultural e histórico do Recôncavo	Diversidade cultural, religiosa e social, festas populares de tradição/manifestações, São João, Festas Religiosas. Potencial para o Turismo
Baixa qualificação profissional dos/as trabalhadores/as	Força Cultural de Matriz Africana
Falta ampliar novos mercados para cultura popular	Arquitetura Histórica, Patrimônios Históricos
Aumento da insegurança e da violência, num contexto de permanência das discriminações	
Crescimento da violência e extermínio da juventude	***
Violência contra a mulher. Machismo, assédio.	***
Disparidade Salarial homem – mulher	***
Racismo institucional	***
Intolerância – Religiosa, Racial, contra a Diversidade	***
Cultura de “compadrinho” e de cooptação. Práticas assistencialistas/ clientelistas	***
Aumento do tráfico e da violência juvenil (ausência de políticas ECA, culturais e de esportes)	***
Fragilidade da situação dos jovens rurais e êxodo rural	
Êxodo Rural principalmente dos jovens e	Produção Agrícola Familiar.

envelhecimento da população rural	Porto Naval, fábricas fumageiras, Mastroto, cerâmicas
Fragilidade do setor de transporte e da mobilidade urbana	Sistema Viário Oeste
Falta de oportunidade para os jovens	Pastoral da Juventude
Fechamento das Escolas do Campo e EFA	***
Desconhecimento das políticas de acesso à universidade e ao trabalho da juventude	***
Despreparo e formação das lideranças (Geral)	***
Políticas públicas frágeis	
A política pública não acompanha a dinâmica de reconhecimento das comunidades quilombolas	Existência de estruturas da cultura: casa do samba, casa da cultura e grupos culturais – Danemann, Hansen, Museu Castro Alves, Bibliotecas, Memoriais, Festivais, encontros, Teatro D. Canô e Cavalgadas
Efetivar políticas públicas para população Afrodescendente (Saúde, Educação, Povo e comunidades Tradicionais - PCT)	Entidades de ATER – Humana Povo, ASCOOB, SETAF, EMBRAPA, AGROVIDA, Núcleo Quilombola do Território
Falta política de formação de docentes	Entidades de ATER – Humana Povo, ASCOOB, SETAF, EMBRAPA, AGROVIDA, Núcleo Quilombola do Território
Necessidade de abordar e propor a política de Educação no campo no Território	
Ausência de linhas de transmissão de comunicação (telefonia, internet)	Fórum de Educação do Campo e 20 de novembro
Baixa formação dos agentes culturais	
Rearticulação necessária dos setores culturais municipais e falta de rede territorial.	***
Educação – Culturas Populares, falta concepção colada com a identidade cultural e base política	***
Retenção nas Universidades	***
Falta de Política para Infância, Juventude e Idosos	***
Falta de aplicação da Lei Maria da Penha	***
Ausência de Campanhas de formação sobre políticas	***
Falta de visibilidade e investimento público e privado no setor da cultura. Falta de reconhecer a cultura como economia.	***

1.4.4. Dimensão Político-Institucional

A dimensão político-institucional consiste na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos dos territórios para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as

institucionalidades a elas vinculadas e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos sujeitos locais.

O Quadro 12 apresenta os principais limites e potencialidades identificados pelos sujeitos territoriais: baixa efetividade das políticas públicas direcionadas para mulher, jovens, população negra, saúde, educação contextualizada, meio rural; baixa efetividade dos Conselhos municipais e frágil percepção da população sobre política pública; fragilidade da participação da sociedade civil e fragilidade das organizações sociais; participação real dos atores territoriais no Colegiado; e presença de instituições importantes no Território do Recôncavo.

Quadro 12. Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Recôncavo na Dimensão Político- Institucional – 2016

LIMITES	POTENCIALIDADES
Fragilidade da participação da sociedade civil e fragilidade das organizações sociais	
Pouca participação da sociedade civil	Representatividade do colegiado no Recôncavo e no Estado
Desorganização. Fragilidade das organizações sociais – pertencimento, participação	Câmaras técnicas e estrutura física do Colegiado Territorial
Baixa participação de representação dos Municípios no Colegiado Territorial	Existência de Organizações, Organização comunitária Associações e Cooperativas
Dependência das instituições governamentais. Poder de decisão da Sociedade Civil reduzida em relação ao poder público.	Participação no CODETER dos Municípios, dos movimentos sociais, da sociedade civil, militância dos participantes do colegiado
Estrutura do Estado burocrático	Instituições importantes: UFRB, SDR/SETAF, EMBRAPA, Petrobras, UNEB, FAMAM, IANE, IF BAIANO, Consórcio público, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, CETEP's, CVTT do pescado, Fórum de Educação no Campo
Ausência de discussão da Lei 13.214 (Lei Estadual de Territórios)	Forte existência da população Afrodescendente no Território (FONTE: IBGE)
Falta de espaços de identidade que represente os PCT	Alto número de produtores artesanais nas comunidades tradicionais
Baixa efetividade das políticas públicas e dos Conselhos municipais	
Inexistência de planos municipais de saneamento	Efetivação da Lei 13.214 (Estado da Bahia, de 29/12/2014)
Falta um melhor conhecimento da situação na área da Educação e Saúde	Projeto Recôncavo

Garantir a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social (CMDS)	***
Ineficiência dos Conselhos Municipais - “Conselhos municipais cartoriais”	***
Falta Instituir os Conselhos de Mulheres, Juventude e Religião de Matrizes Africana dentro dos Municípios	***
Baixa atuação efetiva dos órgãos governamentais de fomento de ATER	***
Falta Estruturar o espaço do Colegiado Territorial dentro do SETAF	***
Ausência de políticas públicas efetivadas nos Municípios	***
Ausência de Política Pública voltada para saúde dos trabalhadores da Zona Rural	***
Fortalecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) e Políticas da saúde integrada da população negra	***
Extensão de cursos de técnicas agrícolas para a Zona Rural (IFBA)	***
Falta implantar o Programa de Requalificação das Nascentes	***

2. ESTRATÉGIA E METAS DE DESENVOLVIMENTO

2.1. Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento

A análise das quatro dimensões do diagnóstico, apontando limites e potencialidades do Território de Identidade do Recôncavo, serviu de referência para a formalização progressiva, ao longo das oficinas, das estratégias e metas de desenvolvimento formuladas pelo Colegiado territorial, ao longo de diferentes encontros temáticos ou gerais (Anexo 1).

A apresentação dessa estratégia de ação segue um recorte diferente do que foi utilizado no diagnóstico. Foi adotada uma matriz de objetivos, estratégias, metas em 4 eixos:

- A. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva
- B. Estrutura Fundiária e Acesso a Terra
- C. Formação Cidadã e Organização Social
- D. Infraestrutura e Serviços Públicos

Os eixos escolhidos são coerentes com os apontamentos principais do diagnóstico e permitem retratar da melhor forma uma estratégia definida a partir dos limites e potencialidades do Território.

Para cada eixo (A, B, C, D), o planejamento aponta grandes objetivos (A1, A2, B1, etc), e para cada grande objetivo, delimita prioridades de atuação (estratégia e metas). O resultado desta formalização foi apresentada impressa e debatida oralmente em reuniões plenárias do CODETER do Recôncavo (a última ocasião foi no dia 16/05/2017).

2.2. Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

2.2.1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva

Eixo A: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva		
Objetivo	Estratégia	Meta
	A 1.1 – Valorizar a participação e oferecer formação às comunidades rurais nas chamadas de ATER	A. 1.1.1 - Garantir nas chamadas de ATER a contratação de jovens multiplicadores nas comunidades contempladas, respeitando o limite de 30 famílias por agentes
		A. 1.1.2 – Formar os agentes de ATER especificamente sobre a realidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, de

A 1- Qualificar, ampliar a oferta de ATER no território, e aproximá-la da realidade dos Povos e Comunidades Tradicionais		forma que atenda às necessidades destas, e que se orientem por princípios de educação popular
	1.2 – Desburocratizar acesso ao crédito e dos editais de acesso a políticas públicas	A 1.2.1 –Garantir o acesso de sindicatos rurais e federações ás chamadas públicas de ATER A 1.2.2 – Direcionar a ATER para a inclusão de jovens produtivos com incentivo dos poderes públicos A 1.2.3 – Garantir que os editais dos Povos e Comunidades Tradicionais tenham gestão compartilhada
	A 1.3 –Oferecer uma ATER de qualidade para os povos e comunidades tradicionais e assentados de reforma agrária	A 1.3.1 - Garantir um percentual do fundo nacional de ATER para políticas públicas de povos e comunidades tradicionais, atendendo a demanda de cada região A 1.3.2 – Contratar agentes de ATER oriundo de povos e comunidades tradicionais, na área de agricultura e pesca artesanal, de acordo com a realidade da comunidade alvo, e de forma continuada, para respeitar as culturas e costumes dos povos A 1.3.3 – Aumentar o número de chamadas públicas específicas para Povos e Comunidades Tradicionais com enfoque na ATER de base e inclusão produtiva
	A 1. 4 – Fiscalizar o serviço de ATER no Território	A 1.4.1 – Estabelecer um diálogo com os atores de pesquisa, ensino e extensão em torno da fiscalização dos serviços de ATER prestados no Território A 1.4.2 - Criar conselho fiscalizador do sistema nacional de ATER na esfera Municipal
	A 1.5 – Melhorar ATER para organizações da agricultura familiar e empreendimentos da economia solidária	A.1.5.1- Oferecer através do SETAF e dos SEMAFs capacitações e treinamentos de caráter continuado, para organizações (cooperativismo, associativismo e empreendedorismo) A 1.5.2. - Oferecer oficinas de capacitação para elaboração de projetos, com no mínimo 30 dias de antecedência ao lançamento dos editais de chamada pública A 1.5.3. – Capacitar entidades nas ferramentas de gestão, na área de elaboração e captação de recursos, através de instituições como UFRB, entre outras
	A 1.6 - Implementar ações	1.6.1. – Formular e implantar, com as

	<p>para o fortalecimento das principais cadeias produtivas do meio rural do Recôncavo</p>	<p>entidades de pesquisa e de ATER, um programa de modernização e valorização da mandiocultura no Território do Recôncavo, envolvendo sistema de produção, pesquisa, agregação de valor e transferência de tecnologias através dos serviços de ATER</p> <p>1.6.2 - Incentivar o desenvolvimento das cadeias produtivas como inhame, araruta, dendê, citros, amendoim e cacau</p>
	<p>A. 1.7. Implantar ações para revitalização dos rios, lagoas, nascentes e manguezais</p>	<p>1.7.1 – Revitalizar as margens do rio Paraguaçu e da barragem Pedra do Cavalo, desenvolvendo a agricultura irrigada, a piscicultura, o turismo náutico, o transporte entre os municípios e a construção de ancoradouros na Baía de Todos os Santos e Baía do Iguape</p> <p>1.7.2 – Revitalizar rios, lagoas, nascentes e manguezais, através de ações de ATER voltadas para o ambiente rural</p>
	<p>A 1.8 - Aprimorar a ATER de base para o Território do Recôncavo</p>	<p>A 1.8.1 – Promover através do SETAF e dos SEMAFs e/ou chamadas públicas capacitação continuada para agentes de ATER</p> <p>A 1.8.2 - Ampliar o quadro técnico do SETAF</p> <p>A 1.8.3 – Ampliar as chamadas públicas de ATER de base, pública, gratuita, exclusiva e continuada à Agricultura Familiar, para o território do Recôncavo, assistindo todos os 19 municípios do território</p>
A 2 – Ampliar oferta de trabalho e renda para juventude.	<p>A 2.1 – Atrair investimentos públicos e privados para o território capaz de gerar renda para juventude</p>	<p>A.2.1.1. Fazer um estudo econômico sobre oportunidades de negócios e investimento no Recôncavo, visando a oferta de empregos para a juventude</p>
	<p>A 2.2 - Ampliar o projeto de capacitação dos jovens com programas voltados para esse público</p>	<p>A.2.2.1 - Ampliar em 30 % a quantidade de jovens capacitados na área de agrárias</p> <p>A.2.2.2 - Ampliar em 40 % o número de jovens rurais em tecnologia da informação</p>
A 3 – Ampliar e fortalecer as OEAJs e os empreendimentos de economia	<p>A. 3. 1. – Fomentar a criação de agroindústrias diversas para a agricultura familiar e EES</p>	<p>A. 3. 1. 1. – Identificar e implementar alternativas para operar os investimentos realizados e atualmente paralisados</p> <p>A. 3. 1. 2. – Incluir capacitação para gestão e administração, nos futuros editais para investimentos em organizações</p>

solidária do Território do Recôncavo.	A. 3. 2. – Ampliar o acesso das OEAFs aos mercados institucionais e privados	A. 3. 2. 1. – Oferecer capacitações de OEAFs e Prefeituras do Território para garantir a compra de no mínimo 30 % de produtos da agricultura familiar no PNAE
		A. 3. 2. 2. – Oferecer às OEAFs assistência técnica especializada voltada a organização / gestão, qualificação de produtos, visando facilitar o acesso à mercados
A 4 – Desenvolver o Turismo no Território do Recôncavo	A 4.1 – Elaborar e implementar um plano de desenvolvimento do Turismo para o Território do Recôncavo	A. 4. 1. 1. – Ter aprovado o plano de desenvolvimento do Turismo pelo CODETER
		A. 4. 1. 2. – Implementar o Plano com monitoramento do CODETER
A 5 – Fortalecer a produção cultural no Território do Recôncavo	A. 5.1. Realizar mapeamento cultural do território	A.5.3.1. Implantar um sistema de indicadores e informações culturais em todos municípios do Recôncavo.
	A. 5. 2. Sensibilizar os gestores municipais para a importância de priorizar as políticas culturais	A. 5.2.1. Realizar oficinas com o objetivo de orientar implementação do sistema por meio do representante territorial
	A 5.2 – Garantir junto as prefeituras o incentivo e patrocínio do trabalho dos artistas locais	A 5.2.1- Realizar feiras culturais em todo o território aproveitando a estrutura das feiras livres A 5.2.2 – Realizar feiras de livros dos escritores e poetas do território
A 6 – Fortalecer a economia criativa do Recôncavo.	A 6.1. Elaborar estratégias de produção, distribuição e marketing dos produtos culturais do território	A 6.1.1. Ampliação do programa Bahia Criativa para atender as demandas da economia da cultura do território, em parceria com a gestão municipal A 6.1.2. Ampliação da área de atuação de produtores culturais locais A 6.1.3. Incentivo à circulação de grupos culturais através de editais municipais fomentados com recursos próprios e também pelos fundos estaduais e nacional de cultura

2.2.2. Estrutura Fundiária e Acesso a Terra

Eixo B: Estrutura Fundiária e Acesso a Terra		
	B 1.1 – Acelerar o reconhecimento e titulação dos Povos e Comunidade Tradicionais.	B 1.1.1 - Exigir dos órgãos competentes a identificação e certificação das diversas comunidades remanescentes de quilombolas do Território do Recôncavo B 1.1.2 - Agilizar o processo de titulação das terras de comunidades tradicionais requerentes.

B 1 – Ampliar o acesso à terra e aos recursos naturais.	B 1.2 – Realizar uma reforma agrária em prol da agricultura familiar, que facilite o acesso da terra ao jovem	B 1.2.1 - Executar o programa de regularização fundiária
		B 1.2.2 - Identificar as terras devolutas e terras que não cumprem a função social no Território
		B 1.2.3 - Garantir que 100 % das terras identificadas como devolutas ou que não cumprem a função social sejam destinadas para fins de reforma agrária.

2.2.3. Formação Cidadã e Organização Social

Eixo C: Formação Cidadã e Organização Social

C 1: Empoderar as mulheres e as organizações femininas	C 1.1- Oferecer financiamento para as organizações femininas	C 1.1.1- Criar novas e ampliar em 70 % as chamadas públicas existentes específicas para organizações de mulheres rurais C 1.1.2: Capacitar 50 % de mulheres do movimento social rural em captação de recursos
	C 1.2 – Empoderar as mulheres através da percepção do seu papel qualificado como chefe de família	C 1.2.1 – Fomentar uma campanha de mulheres negras que preservem os métodos tradicionais de saúde no Território do Recôncavo C 1.2.2 - Criação de cinco programas de capacitação de mulheres, para o ingresso no mercado de trabalho e consequente autonomia C 1.2.3 - Paridade e/ou igualdade de direitos no que se refere a questões salariais e na política
	C 1.3 – Implementar políticas públicas visando reforçar os direitos das mulheres	C 1.3.1 – Criar e/ou efetivar Conselhos Municipais de mulheres, nos municípios onde não existe C 1.3.2 – Institucionalizar 100% das estruturas e de políticas para mulheres no âmbito municipal C 1.3.3. – Elaborar um fundo nacional que garanta os direitos das mulheres na esfera municipal C 1.3.4 – Realizar o mapeamento do orçamento municipal e dos recursos destinados para as mulheres direta ou indiretamente
	C 1.4 – Capacitar	C 1.4.1 - Capacitar 100% das mulheres rurais para o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar respeitando as especificidades e demandas locais C 1.4.2 - Criar cursos específicos

	mulheres e organizações femininas, notadamente do campo	voltados para as mulheres do campo nas comunidades rurais C 1.4.3 - Criar um comitê de articulação de mulheres no Território do Recôncavo
C 2. – Combater a violência contra a mulher no Território	C 2.1 - Fortalecer o enfrentamento à violência em todos os âmbitos contra a mulher	C 2.1.1. – Criar uma Rede de Enfrentamento contra a mulher no Território do Recôncavo
	C 2.2 - Prevenção a violência doméstica e trabalho de conscientização das mulheres no que se refere aos direitos	C 2.2.1. - Criar uma ouvidoria municipal para as famílias com histórico de violência doméstica
	C 2.3 - Acesso aos órgãos de apoio a mulheres como: Disk 180, CRAMS- Centro de Referência em Atendimento à Mulheres, NAM- Núcleo de Atendimento à Mulher, CPM – Centro de Políticas Para Mulheres, mobilização para que se utilize esses mecanismos	C 2.3.1. - Diminuir em 50% os índices de violência contra a mulher
	C 2.4 – Fomentar a criação de campanhas (a intolerância religiosa e) todas as formas de violência à mulher	C 2.4.1. – Ampliar e fortalecer os organismos: criação do NAM, centro de referência, abrigos e casa de apoio para mulheres e implantar as DEAMS
C 3 – Empoderamento de organizações voltadas para juventude do Recôncavo	C 3.1 - Mapear as organizações de jovens que existem dentro dos municípios	C 3.1.1. - Criar um banco de dados das organizações de jovens e um relatório técnico da situação dos jovens dentro dessas organizações à nível de Território
	C 3.2 – Fomentar e reestruturar os grêmios estudantis e os UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) a partir dos conselhos municipais	C 3.2.1. - Criar em cada município uma UMES C 3.2.2. - Criar grêmios estudantis em 60% escolas estaduais do TI Recôncavo
	C 3.3 – Fomentar a criação de organização por parte da juventude e executar políticas públicas	C 3.3.1. - Promover cursos de formações de lideranças jovens nas comunidades quilombolas e comunidades tradicionais C 3.3.2. - Defender a criação dos departamentos como as secretárias municipais de juventude

	C 3.4 – Construção de rede para mapear e estimular a construção de conselhos municipais de juventude; fortalecimento da câmara técnica	C 3.4.1. - Reestruturar e criar os conselhos municipais de juventude dos 19 municípios do TI Recôncavo
	C 3.5 – Rede de jovens conselheiros e colaboradores para a discussão, compartilhar experiências e pensar estratégia e metodologias de terreiros	C 3.5.1. - Criar uma rede juventude de terreiros no TI Recôncavo
	C 3.6 – Fomentar a criação de campanha contra homofobia, transfobia, lesbofobia, biofobia no Território do Recôncavo	C 3.6.1. - Realizar um seminário em cada município do TI para capacitação de multiplicadores de combate à discriminação e intolerância
	C 3.7 – Criar e desenvolver projetos e campanhas de combate e prevenção ao uso de drogas entre os jovens do campo e da cidade em situação de vulnerabilidade social	C 3.7.1. - Criar em cada município um grupo de trabalho Inter setorial com o objetivo de desenvolver projetos e campanhas de combate e prevenção ao uso de drogas entre os jovens do campo e da cidade em situação de vulnerabilidade social
	C 3.8 – Ampliar as políticas públicas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a ampliação da vacinação contra o HPV de 13 para 16 anos	C 3.8.1. - Ampliar em 100 % as políticas públicas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a da vacinação de toda população da faixa etária 13 a 16 anos contra o HPV
C 4 – Desenvolvimento para Agricultura Familiar	C 4.1 - Fomentar o associativismo e o cooperativismo na agricultura familiar	C 4.1.1. - Oferecer cursos de associativismo e cooperativismo em todas as cidades do território do Recôncavo com foco nas populações do campo
C 5 – Disseminar o conhecimento cultural do território	C 5.1.- Programas de fortalecimento e “re” apropriação das tradições culturais	C 5.1.1. – Incluir no currículum escolar histórico das tradições culturais
		C 5.1.2. – Incluir na grade escolar a semana do município (Histórico local)
		C 5.1.3. - Criar a semana municipal da democracia e cidadania em todas as escolas municipais do TI do Recôncavo
C 6. – Empoderar a comunidade	C 6.1. – Potencializar atuação dos conselhos de	C 6.1.1. – Realizar oficinas, orientação e formação antes e depois

cultural para a importância da participação social, a ampliação e o controle das políticas públicas no campo da cultura.	cultura	da posse dos conselhos
	C 6.2. – Formação para agentes e gestores culturais	C 6.2.1. – Oferecer cursos anualmente nos níveis de extensão, especialização e pós-graduação no território
	C 6.3. – Integração cultural para pessoas com deficiência	C 6.3.1. – Ampliar as políticas de inclusão deste segmento na vida cultural
	C 6.4. – Cumprimento da lei SMC que estabelece a realização constante de conferências municipais de cultura	C 6.4.1. – Realizar encontros anuais em formato de conferência para promover o encontro da comunidade cultural em um espaço de deliberação e discussão de demandas
	C 6.5. – Criação de políticas que atenda as demandas da identidade territorial	C 6.5.1. – Formar redes e coletivos visando trabalho colaborativo no território (a exemplo da câmara técnica de cultura)
	C 6.6. – Fortalecimento de políticas voltadas para as culturas identitárias e populares principalmente as que caracterizam o território	C 6.6.1. – Criar editais específicos para o Recôncavo C 6.6.2. – Fomentar a produção e difusão da cultura no território

2.2.4. Infraestrutura e Serviços Públicos

Eixo D: Infraestrutura e Serviços Públicos

D 1: Educação do campo	D 1.1- Construir escolas técnicas para juventude rural voltadas para atender as especificidades do TI	D 1.1.1. - Criação de 06 Escolas Famílias Agrícolas no território do Recôncavo, conceituada na pedagogia da alternância
	D 1.2 – Ampliação e reestruturação das escolas agrícolas, centros e institutos agrícolas e criação de casas / escolas familiares rurais	D.1.2.1 - Fomentar e valorizar a pedagogia da alternância nas escolas agrícolas com enfoque nos conceitos da PNATER e agroecologia
		D 1.2.2 – Efetivar a lei de estágios para os alunos do ensino técnico, médio e superior, na instância municipal garantindo percentagem para jovens rurais e urbanos
		D 1.2.3 – Adequação curricular e do calendário escolar para os jovens do campo e de comunidades tradicionais, e efetivar a Lei 11.645/ 2008
		D 1.2.4. Capacitar os membros dos fóruns de controle social (conselhos, CREAS, CRAS e outros) e estruturar os conselhos
		D 1.3.1 - Criar cursos profissionalizantes gratuitos para jovens da agricultura

D 2 – Serviços Básicos no Território	D.1.3 – Dialogar com os órgãos responsáveis as demandas de novos cursos profissionalizantes gratuitos	familiar, no meio rural
		D 1.3.2 – Implantar de cursos voltados para as culturas desenvolvidas no Território do Recôncavo
		D 1.3.3 – Oferecer capacitações para os profissionais da educação para trabalharem os temas de gênero, raça, geração de renda e diversidade
	D 1.4 – Realizar cursos de línguas africanas	D.1.4.1 – Oferecer curso de Línguas africanas atrelado ao mestrado de África do CAHL
		D 1.4.2 – Criar o curso de língua Banto
		D 1.4.3 – Realizar roda de conversa entre os mais velhos e e os jovens para explicar o que é representação (hierarquia, noção de limite)
	D 2.1 – Melhorar as infraestruturas de saúde do Território	D 2.1.1 – Aumentar a frota de ambulâncias e motoristas
		D 2.1.2 – Expandir o atendimento pelo SAMU
		D 2.1.3 – Implantar 1 maternidade de referência no território do Recôncavo
		D 2.1.4 - Formular e implantar políticas públicas direcionadas a pessoas portadoras de anemia falciforme
		D 2.1.5 - Implantar 1 centro de referência de atenção à pessoas com doenças falciforme para prestar assistência integral à população do Recôncavo
		D 2.1.6 - Implantar um programa de atenção à saúde do professor e da professora e demais profissionais de educação, incluindo atendimento psicológico, de fisioterapia e fonoaudiologia
		D 2.1.7 – Ampliar categorias profissionais na Estratégia de Saúde da família e acrescentar as terapias alternativas
	D 2.2 – Ampliar as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN no Território	D 2.2.1 - Ampliar o programa "água para todos" (PAT) com adequação dos modelos alternativos
	D 2.3 – Melhorar as infraestruturas de segurança pública do Território	D 2.3.1 - Aumentar os efetivos das polícias civil, militar e técnica
		D 2.3.2 - Dotar as unidades policiais de bases comunitárias móveis para atender as demandas das zonas rural e urbana
	D 2.4 – Melhorar as infraestruturas de	D 2.4.1 – Criação e implantação dos sistemas municipais de cultura em todos os municípios do território para viabilizar

		as políticas públicas federais e estaduais
	cultura do Território	D 2.4.2 – Tornar obrigatória a criação de secretarias de cultura nos municípios
		D 2.4.3 – Realização de programação cultural nas escolas
	D 2.5 - Melhorar a infraestrutura de moradia no Território	D 2.5.1 – PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural) nas comunidades.
		D 2.6.1. – Ampliar os meios de comunicações nas comunidades rurais (telefonia fixa e móvel, internet etc.)
		D 2.6.2. – Manter e ampliar os programas de inclusão digital no meio rural
	D 2.6 – Melhorar a infraestrutura da comunicação no Território	D 2.6.3 – Dotar os municípios de rede de internet pública em banda larga, extensivo à zona rural
		D 2.6.4. – Criar 1 calendário cultural do território, através dos calendários municipais
		D 2.6.5. – Formação de uma rede de comunicadores culturais
		D 2.6.6. – Modelar as manifestações culturais do território

3. CAPÍTULO III

3.1. Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento

A gestão do PTDRSS Recôncavo tem como principal sujeito o CODETER Recôncavo, através de seu acompanhamento, monitoramento e avaliação. O Colegiado é composto por representantes da sociedade civil e do poder público que atuam no Recôncavo. Assim, o CODETER exerce como um espaço de articulação e de integração de ações no âmbito territorial, como também de construção e de execução de políticas públicas de forma mais democrática e participativa.

O CODETER representa um espaço de governança voltado para criação de ambientes e de organizações que promovam a coesão social, a partir de ampliação de oportunidades de diversificação das economias locais (FAVARETO, 2010). No estado da Bahia, o CODETER representa um espaço de consulta para a construção do Plano Plurianual Participativo – PPA – P, através da realização de plenárias de escuta social na construção de uma matriz de propostas estratégias dos territórios. Portanto, este PTDRSS está em consonância com as consultas realizadas e representa um instrumento sistematizado das prioridades do Recôncavo que serão atualizados ao longo do período de sua execução.

A SDT (2005) chama atenção para que a gestão social não seja apenas um espaço formal de consulta e de fiscalização, ou melhor, que os espaços de governança não assumam uma postura liberal de estrutura apenas consultiva. Espera-se que a gestão social possa, de fato, adentrar para promoção de um controle social do papel do Estado, voltado para a formulação e implementação de ações de maneira sistêmica, bem como de integração de ações das organizações no ambiente territorial.

Neste contexto, este PTDRSS será acompanhado anualmente pelas estruturas regimentais do CODETER: nas Plenárias ordinárias anuais, em momento de avaliação e de planejamento; nas Câmaras Técnicas, a partir das temáticas inerentes as suas abordagens e atuações; e na Coordenação Executiva, que será responsável pela organização destes espaços, junto com a assessoria técnica do NEDET/UFRB.

As Câmaras Técnicas do CODETER serão estratégicas para acompanhamento, monitoramento e avaliação do PTDRSS, considerando que posteriormente os eixos da matriz de objetivos, estratégias e metas serão sistematizados para os respectivos planos de ação das Câmaras existentes no Recôncavo: Juventude; ATER; Quilombolas e

Comunidades Tradicionais; Religiões Afro-brasileira; Políticas especiais; Saúde; Cultura; e Educação do Campo.

O acompanhamento do PTDRSS também se dará a nível estadual, a partir da relação do CODETER – Recôncavo com a CET e com as estruturas do Governo do Estado que possuem unidades específicas para esta finalidade: Diretoria de Planejamento Territorial da SEPLAN e Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária – SUTRAG da SDR.

Para tanto, considerando a rotatividade dos membros no CODETER, uma das estratégias que está neste plano refere-se à realização de formações voltadas à elaboração e execução de políticas públicas, programas e projetos, nas temáticas relacionadas como prioritárias para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário.

As ações de formações serão realizadas em dois níveis: um primeiro, a partir do próprio CODETER a partir de temáticas específicas, em articulação com as organizações de atuação territorial; e segundo, em consonância com o desenvolvimento de atividades do Governo do Estado da Bahia no Recôncavo, com as estruturas de atuação de políticas públicas e de programas da SEPLAN, SESAB, SEC, SDR (SUTRAG, CAR, BAHIATER), SECULT, SETRE, INEMA/SEMA, SSP, entre outros.

Outra ação fundamental é a articulação do CODETER aos CMDS dos municípios do Recôncavo, a partir de Planos Municipais que deverão orientar e organizar as ações em consonância com as prioridades voltadas para a transformação da realidade. Estes conselhos municipais representam a articulação do Poder Público Municipal e das organizações da sociedade civil como um das principais instâncias de garantir o exercício da participação voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário.

A representação diversificada do CODETER é um elemento importante para sua gestão. Existem na sua estrutura associações comunitárias da agricultura familiar e da cultura e uniões de associações; sindicatos dos trabalhadores rurais; Cooperativas da Agricultura Familiar; e organizações não governamentais – ONGs que atuam diretamente com os Serviços de Assistência Técnica e Extensão – ATER (Agrovida, ASCOOB, CESOL, Gana); Prefeituras Municipais; CMDS; Universidades e Institutos Públicos; Embrapa; SETAF Recôncavo, BAHIATER e CAR/SDR.

Assim, espera-se que a gestão social seja rica e diversa como a base do CODETER. Isso porque as capacidades institucionais têm relação direta com a

composição do CODETER, relacionadas às dinâmicas das organizações para as construções dos arranjos institucionais e materializadas nas diferentes territorialidades construídas no Recôncavo. Buscam-se, portanto a construção de *novas institucionalidades* e práticas integradas na relação campo e cidade, principalmente no exercício de participação voltado para a construção de autonomia e de emancipação dos sujeitos territoriais, implicados com a transformação social e econômica do Recôncavo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da Baía:** a gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: Edufba, 2013.

ZEE. **Proposta preliminar de Zoneamento Ecológico Econômico.** Salvador: Consórcio Geohidro, Sondotécnica, Secretaria do Planejamento, Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, 2013. Disponível em: <<http://www.zee.ba.gov.br/zee/>>. Acesso em: nov 2016.

BARICKMAN, Jude Bert. **Um contraponto baiano.** Açucar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural. In: NEVES, D. P. (org.). **Políticas públicas:** reflexões em transversalidade. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, Dossiê n. 02, 2010. p.19-39.

FLORES, Cíntia D. **Territórios de Identidade na Bahia: saúde, educação, cultura e meio ambiente frente à dinâmica territorial.** Salvador – BA: UFBA/ Instituto de Geociências, 2014. (Dissertação de Mestrado).

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Doutorado em Geografia—Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.

Grupo de Pesquisa Geografar, **Estrutura Fundiária.** Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

LEÃO, Sônia de Oliveira. **Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia.** Tradução Sônia de Oliveira Leão; Roberto Aichinger. Recife: SUDENE, 1987.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo Baiano.** Salvador: Imprensa oficial da Bahia e Universidade Federal da Bahia, 1960.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de. SILVEIRA, M. L. (orgs). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p.15-20.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et. al. **Territórios, territórios:** Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. pág. 13-21.

SABLAYROLLES, Philippe Louis. SANTANA, Jânderson. **A questão agrária no Recôncavo da Bahia:** uma problematização. Cruz das Almas – BA: UFRB, 2016 (no prelo).

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais.** Brasília: MDA, 2005. (Documento Institucional nº 3).

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 101–119, 2001.

VELLOSO, T. R. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia.** São Cristovão – SE: UFS, 2013. (Tese de Doutorado).

ANEXOS

1 - Lista de documentos para Elaboração do PTDRSS Recôncavo

- PTDS 2014;
- Plenária Nacional de Ecosol;
- Carta do Recôncavo;
- Registro do encontro de Mulher de terreiro;
- PPA do Recôncavo 2015/2019;
- Relatório da Conferência Territorial de Cultura 2013;
- Relatório da 3^a Conferência Territorial de Juventude 2015;
- Relatório das Conferências de Mulheres do Território;
- Relatório da 2^a Conferência Territorial de ATER;
- Estudo de Potencialidade Econômica do Território do Recôncavo;
- PPAs Municipais;
- Diagnóstico e Fortalecimento do Turismo Rural na Bahia.